



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/0062019-PP-SRP-PMSBP
RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET
<http://www.tcm.pa.gov.br/>

Razão Social: _____
CNPJ Nº: _____
Endereço: _____
E-mail: _____
Cidade: _____ Estado: _____
Telefone: _____
Pessoa para contato: _____

Retiramos cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, através do acesso à página <http://www.tcm.pa.gov.br/>, que tem como **objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS DE REPOSIÇÃO E AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ, UNIDADES ADMINISTRATIVAS E FUNDOS MUNICIPAIS**, conforme especificações do Termo de Referência.

Local: _____, _____ de _____ de 2019.

Assinatura

Senhor Licitante,

Visando uma comunicação futura entre o Santa Bárbara do Pará e as empresas licitantes, solicito aos interessados o preenchimento do recibo de retirada do edital, remetendo-o à por e-mail – **(licitacaopmsbp@hotmail.com)**. O encaminhamento deste recibo, antes da abertura da sessão, garante a empresa comunicação futura em caso de alteração de datas ou no conteúdo do Edital.

Informo que a comunicação de eventuais retificações no instrumento convocatório, bem como informações adicionais sobre a presente licitação, será repassada a todos os licitantes que nos remeteram o presente recibo, ressaltando também que a não remessa exime o Pregoeira de quaisquer responsabilidades acima mencionadas.

Santa Bárbara do Pará, XX de XXXXX de 20XX.

MARCIA HELENA MOREIRA LEITE
Pregoeira



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/0062019-PP-SRP-PMSBP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2501001/2019-CPL-PMSBP – CPL-PMSBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/0062019-PP-SRP-PMSBP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS DE REPOSIÇÃO E AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ, UNIDADES ADMINISTRATIVAS E FUNDOS MUNICIPAIS, conforme especificações do Termo de Referência.

ANEXOS:

I - Termo de Referência;
II – Planilha para elaboração de Proposta de Preços;
III – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
IV - Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de Habilitação;
V – Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
VI – Declaração de Capacidade Técnica;
VII - Modelo da Declaração;
VIII – Minuta de ATA de Registro de Preços;
IX - Minuta de Contrato

PREAMBULO

O **MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ**, CNPJ 83.334.698/0001-09 com sede na Rodovia Augusto Meira Filho, Km 17, s/nº, Centro, Santa Bárbara do Pará/PA, CEP 68798-000, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **NILSON FERREIRA DOS SANTOS** CPF: 289.390.182-49 e por intermédio da Pregoeira **MARCIA HELENA MOREIRA LEITE**, designada através da Portaria nº **002/2019-GAB-NFS** de 02 de janeiro de 2019, torna público aos interessados que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, sob o critério de **MAIOR DESCONTO**, destinado ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS DE REPOSIÇÃO E AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ, UNIDADES ADMINISTRATIVAS E FUNDOS MUNICIPAIS**, conforme especificações do Termo de Referência.

O procedimento licitatório obedecerá aos seguintes diplomas legais:

LEGISLAÇÃO FEDERAL:

- Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- Lei nº 10.520/2002;



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- Decreto nº 3.555/2000
- Decreto Federal nº 8.538/15
- Lei Complementar nº 123/2006 (alterada pela LC 147/2014 e pela LC 155/2016)
- Lei nº 8.078/90-Código de Defesa do Consumidor
- e outras legislações que tratam da matéria.

RECEBIMENTO E INÍCIO DA SESSÃO, COM A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO	2501001/2019-CPL-PMSBP
MODALIDADE	Pregão Presencial para Registro de Preços Nº 50/0062019-PP-SRP-PMSBP
TIPO DE LICITAÇÃO	MENOR PREÇO POR LOTE, sob o critério de MAIOR DESCONTO
DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO	24/06/2019 às 09:00h
LOCAL	Na Sala da Comissão Permanente de Licitação
ENDEREÇO	Rod. Augusto Meira Filho, Km 17, s/nº Bairro, Centro – Santa Bárbara do Pará.
ENDEREÇO ELETRÔNICO	http://www.santabarbara.pa.gov.br http://www.tcm.pa.gov.br

Obs.: Se no dia supracitado não houver expediente, o início da sessão e o recebimento e abertura dos envelopes referentes a este Pregão serão realizados no primeiro dia útil que se seguir ao funcionamento do Município de Santa Bárbara do Pará.

DEFINIÇÕES:

Para efeito deste Edital devem ser consideradas algumas definições importantes, tais quais:

- a) Pregão** - Modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais;
- b) Bens e Serviços Comuns** - aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações praticadas no mercado;
- c) Órgão licitador** – **Município de Santa Bárbara do Pará e seus Respetivos Fundos Municipais;**
- d) Órgão Gerenciador** - Órgão ou entidade da administração pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente, neste caso o **Município de Santa Bárbara do Pará;**
- e) Órgão Não Participante** - Órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à Ata de Registro de Preços;
- f) Licitante(s)** – Pessoa(s) Jurídica(s) que adquiriram o presente Edital e que participam deste Pregão;
- g) Licitante vencedora** - Pessoa jurídica habilitada neste procedimento licitatório e detentora da proposta mais vantajosa;



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

h) Sistema de Registro de Preços - Conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição/locação de bens, para contratações futuras;

i) Ata de Registro de Preços - Documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

j) Beneficiária da Ata - A licitante vencedora que assinou a Ata de Registro de Preços;

k) Contratada - A Beneficiária da Ata que assinou o contrato referente ao objeto deste certame licitatório;

l) Contratante – Município de Santa Bárbara do Pará e seus Respectivos Fundos Municipais
PROCEDIMENTOS

No local indicado, serão realizados os procedimentos pertinentes a este Pregão, com respeito ao (à):

- ✓ Credenciamento dos representantes legais das licitantes interessadas em participar deste Pregão;
- ✓ Recebimento da Declaração de Habilitação e dos Envelopes Proposta e Documentação;
- ✓ Abertura dos envelopes Proposta e exame da conformidade das propostas;
- ✓ Divulgação das licitantes classificadas e desclassificadas;
- ✓ Condução dos trabalhos relativos aos lances verbais;
- ✓ Abertura do envelope Documentação da licitante detentora do menor preço e exame da habilitação;
- ✓ Devolução dos envelopes Documentação fechados às demais licitantes, após o recebimento do contrato pela licitante vencedora e;
- ✓ Outros que se fizerem necessários à realização deste Pregão.

As decisões do PREGOEIRO serão comunicadas diretamente aos interessados, durante a sessão, lavradas em ata, ou, ainda, a critério do PREGOEIRO, por intermédio de correspondência eletrônica ou outro meio documentável aos autos. O resultado final do certame será também divulgado mediante publicação nos veículos competentes.

JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE: A escolha da modalidade Pregão Presencial para realização deste processo licitatório se dá em função de alguns fatores importantes, dentre eles o fato de não haver estrutura física necessária, bem como pelo fato do município apresentar uma conexão de internet ADSL de baixa qualidade o que promove grande oscilação de sinal trazendo inviabilidade técnica para dar suporte a um Pregão Eletrônico, outro fator, diz respeito ao fato da maior rapidez em sua execução, bem como pela possibilidade de se obter preços mais vantajosos para Administração, pois há a possibilidade de redução de preços durante a fase de lances. Logo, o processo licitatório deve fundamentar-se na modalidade Pregão na forma Presencial, respaldado nas Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02 e alterações posteriores.

1. DO ÓRGÃO QUE AUTORIZA ESTA LICITAÇÃO

1.1. Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Município de Santa Bárbara do Pará**, conforme consta no **Processo Administrativo N° 2501001/2019-CPL-PMSBP**.



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Edital versa sobre **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS DE REPOSIÇÃO E AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ, UNIDADES ADMINISTRATIVAS E FUNDOS MUNICIPAIS**, conforme especificações constantes no ANEXO I – Termo de Referência.

2.2. Por se tratar de uma licitação no **Sistema de Registro de Preços**, o Município de Santa Bárbara do Pará não tem a obrigação de contratar a totalidade do quantitativo indicado no Termo de Referência deste Edital.

3. DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório deste PREGÃO em **até 2 (dois) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública.

3.2 Caberá a Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.3 O esclarecimento ou a impugnação deverá ser encaminhada por escrito, mencionando o número deste PREGÃO e endereçada a autoridade superior do órgão indicado no **item 1.1** e entregue sob protocolo na SALA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, situado à Rod. Augusto Meira Filho, Km 17, s/nº Bairro, Centro – Santa Bárbara do Pará, ou por mensagem eletrônica - e-mail para o endereço da comissão de licitação indicado no rodapé do edital.

3.4 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

4. DO VALOR

4.1. O valor global estimado da presente licitação é de **R\$ 3.111.423,21 (TRÊS MILHOES CENTO E ONZE MIL QUATROCENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E VINTE E UM CENTAVOS)**.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O acordado será devidamente empenhado conforme § 3º, do art. 60 c/c do art. 61, da Lei nº 4.320/64, bem como ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar 101/00 e pago pela CONTRATANTE á CONTRATADA conforme a previsão de dotação orçamentária e disponibilidade de recurso de acordo com a disponibilidade originária de recurso, conforme a aquisição dos itens de que trata o objeto, mediante a emissão de nota de empenho, correrá a conta do elemento orçamentário a ser indicado no momento da contratação.

5.2. Por se tratar de uma licitação para **Registro de Preços** só há necessidade de indicação da dotação orçamentária quando da contratação, conforme art. 7º § 2º do Decreto nº 7.892/2013.

6. DA ENTREGA E DO LOCAL DE RECEBIMENTO

6.1. Os materiais deverão ser entregues no local e nos prazos e condições indicados no Anexo I – Termo de Referência.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

7.1. Poderão participar deste Pregão, os interessados do ramo pertinente ao objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto a documentação.

7.2 Para efeitos de participação das **Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte** nesta licitação, nos termos do art. 3º, inciso I e II, da Lei Complementar nº 123/2006 com suas devidas alterações, são considerados:

7.2.1 Microempresa – o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a **R\$ 360.000,00** (trezentos sessenta mil reais);

7.2.2 Empresa de Pequeno Porte – o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a **R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais)** e igual ou inferior a **R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)**;

7.3.3 Pequeno Empresário, para efeito de aplicação do disposto nos arts. 970 e 1.179 da Lei nº 10.406/2002, o empresário individual caracterizado como microempresa na forma da Lei que aufera receita bruta anual de até **R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais)**, (LC 123, art. 68);

7.3. As Empresas que estejam com processo administrativo em andamento neste município, não ficarão impossibilitadas de participar do referido processo licitatório, mas se for declarada sua penalização em decorrência do processo administrativo antes da homologação e adjudicação no Município de SANTA BÁRBARA DO PARÁ, a mesma ficará impossibilitada de firmar contrato com esta Administração;

8. DAS PESSOAS IMPEDIDAS DE PARTICIPAR NESTA LICITAÇÃO

8.1. Estará impedida de participar deste processo licitatório a pessoa que:

a) Consórcio de empresas, sob nenhuma forma;

b) Empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;

c) As Empresas que estejam com processo administrativo em andamento neste município ou em qualquer município, estado, não ficarão impossibilitadas de participar do referido processo licitatório, mas se for declarada sua penalização em decorrência do processo administrativo antes da homologação e adjudicação no Município de SANTA BÁRBARA DO PARÁ, a mesma ficará impossibilitada de firmar contrato com esta secretaria;

d) Empresa em processo de falência ou em recuperação judicial ou extrajudicial;

e) Empresa que se encontre em processo de dissolução, fusão, cisão ou incorporação;

f) Empresa que entre os dirigentes, gerentes, acionistas ou detentores de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito de voto ou controladores, responsáveis técnicos ou subcontratados, haja alguém que seja servidor público, ou que tenha sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da publicação desta licitação;

g) Parentes da autoridade responsável pela homologação do procedimento (Acórdão nº 607/2011-Plenário, TC-002.128/2008-1, rel. Min-Subst. André Luís Carvalho, 16.03.2011);

h) Deputados e Senadores, de modo direto ou indireto, segundo o art. 54, inciso I, alínea “a” e inciso II, alínea “a” da Constituição Federal (Acórdão nº 1793/2011-Plenário, TC-011.643/2010-2, rel. Min. Valmir Campelo, 06.07.2011).

i) Empresas Estrangeiras que não funcionem no País; e,

j) Empresas cuja atividade empresarial não corresponda ao objeto desta licitação



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

k) Tenha agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

l) Não contenha no seu contrato ou estatuto social finalidade ou objetivo compatível com o objeto deste Pregão;

m) Seja empresa ou instituição vinculada ao Município de SANTA BÁRBARA DO PARÁ;

n) Que esteja reunida em consórcio sob qualquer forma ou constituição;

o) Juntas pretenderem participar do certame, enquanto controladoras, coligadas, subsidiárias ou que tenham sócio comum entre si, independente da forma ou constituição, para preservar o princípio do sigilo da proposta;

p) Constar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União - CGU, constante no portal da internet www.portaltransparencia.gov.br/ceis

9. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME, EPP E MEI – APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, REGULAMENTADA PELO DEC. Nº 8.538, DE 06/10/2015.

9.1. Fica assegurado tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do Decreto nº 8.538, de 02 de outubro de 2015, quanto ao seguinte:

9.1.1 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.1.2 Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.1.3 O prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação, deste Pregão.

9.1.4 A prorrogação do prazo poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.1.5 A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal.

9.1.6 A não regularização da documentação no prazo previsto nos itens 9.1.3 e 9.1.5 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à administração pública convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.2. Na licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

9.3. Entende-se haver empate quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até cinco por cento superiores ao menor preço.

9.4. O disposto no subitem anterior somente se aplicará quando a melhor oferta válida não houver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.5. Ocorrendo o empate a que se refere o subitem anterior, será procedido de acordo com o artigo 5º do Decreto nº 8.538/15, conforme a seguir:



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- a) A microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;
- b) Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea "a", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e
- c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.6. Após o encerramento dos lances, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos POR LOTE em situação de empate, sob pena de preclusão.

9.7. Nos quantitativos para cota reservada na hipótese de não haver vencedor, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

9.8. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

9.9. Não se aplica o benefício cota reserva previsto no inciso III, art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006 para as microempresas e empresas de pequeno porte quando os itens ou os lotes de licitação possuir valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), tendo em vista exclusividade prevista no art. 6º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

10. DO CREDENCIAMENTO E REPRESENTAÇÃO

10.1. O credenciamento se dará com a entrega:

a) No caso de Representante: Além da cópia do Contrato Social, deverá apresentar Instrumento Público de Procuração ou Instrumento Particular com firma reconhecida, indicando um único representante legal a manifestar-se em qualquer fase desta licitação, em nome da empresa, onde comprove que o interessado ou o seu representante legal possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame, devendo para tanto, juntar fotocópia do documento oficial de identificação com foto e CPF dos sócios e fotocópia do documento oficial com foto e CPF de identidade do representante, ficando a licitante obrigada a acatar as declarações de seu preposto.

b) EM SENDO SÓCIO, PROPRIETÁRIO OU DIRIGENTE DA EMPRESA PROPONENTE, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, juntamente com fotocópia da cédula de identificação com foto e CPF do mesmo e de todos os sócios.

c) Declaração de apresentação de documentação, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme dispõe o art. 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

d) Declaração de Enquadramento em Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual MEI, modelo ao anexo edital.

e) Declaração do Simples Nacional, emitida pelo site, quando esta for optante.

10.2. CÓPIAS SIMPLES dos documentos de Credenciamento deverão estar autenticados em cartório, ou poderão ser autenticados por qualquer membro da Equipe de Pregão no momento da sessão.



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10.3. Cada licitante apresentar-se-á com um representante legal que, devidamente munido de credencial, será o único admitido a intervir em todas as fases do procedimento licitatório, quer por escrito, quer oralmente, respondendo.

10.4. Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de um Licitante.

10.5. A ausência dos documentos citados não inabilita a licitante, todavia, somente poderá manifestar-se na reunião de abertura dos envelopes e interpor recurso o representante devidamente credenciado;

10.6. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

11. DA ENTREGA DOS ENVELOPES DA PROPOSTA DE PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

11.1. A “Proposta de Preços” e a “Documentação de Habilitação” deverão ser apresentadas no local, dia e hora determinados no Edital, em envelopes separados, devidamente fechados e rubricados no fecho, assim denominados:

- a) Envelope nº 01: Proposta de Preços;
- b) Envelope nº 02: Documentos de Habilitação;
- c) Envelope nº 03: Documentos para Credenciamento – Declaração que cumpre os requisitos do Edital.

11.2. Os envelopes deverão conter, em suas partes externas, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 (PROPOSTAS DE PREÇOS)

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/0062019-PP-SRP-PMSBP

NOME COMPLETO DA LICITANTE (RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE):

CNPJ/CPF:

e-mail:

ENDEREÇO E TELEFONE:

DATA:

ENVELOPE Nº 02 (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO)

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/0062019-PP-SRP-PMSBP

NOME COMPLETO DA LICITANTE (RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE):

CNPJ/CPF:

e-mail:

ENDEREÇO E TELEFONE:

DATA:

11.3. Não será admitido o encaminhamento de “Proposta de Preços” ou “Documentação de Habilitação” via fax ou por outro meio eletrônico.

11.4. Após o início da abertura dos envelopes não serão aceitas, juntada ou substituição de quaisquer documentos que alterem a substância da proposta.



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

11.5. A entrega dos envelopes não conferirá aos licitantes qualquer direito em face da licitação, observadas as prescrições da legislação específica.

11.6. Os envelopes da “Proposta de Preços” e da “Documentação de Habilitação” deverão conter, obrigatoriamente, o disposto nos subitens que se seguem.

12. DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE N° 01)

12.1. A “Proposta de Preços” deverá ser em moeda corrente nacional numericamente em seus itens individuais e por extenso em seu valor total e apresentada em língua portuguesa, datilografada ou impressa por qualquer meio eletrônico em 1 (uma) via, em papel timbrado da licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo as especificações do objeto a que se refere esta licitação, devendo ainda ser numerada, datada e assinada na última folha e rubricada nas demais, por seu representante legal ou procurador, com poderes para o exercício da representação.

12.2. As licitantes poderão cotar um ou mais LOTES que constar no Termo de Referência - Anexo I, conforme modelo de proposta constante do Anexo II.

12.3. As licitantes deverão obrigatoriamente, descrever em suas propostas de preços a MARCA de cada material ofertado, sob pena de desclassificação.

12.4. A PREGOEIRA poderá, caso julgue necessário, solicitar mais esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos.

12.5. Quando solicitado pela PREGOEIRA, a licitante vencedora **deverá demonstrar viabilidade de execução** da proposta de preços ofertada na fase de lances verbais, comprovando a exequibilidade do fornecimento do **objeto cujo valor seja inferior a 70%** (setenta por cento) da média alcançada pelas cotações orçadas pela Administração, no que alude o art. 48, inciso II da Lei nº 8.666/93 que trata sobre preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

12.6. Após a apresentação da “Proposta de Preços”, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela PREGOEIRA.

12.7. Não serão admitidas retificações ou alterações nas propostas de preços apresentadas, uma vez aceito o lance vencedor ou negociado e finalizada a Sessão deste Pregão.

12.8. A “Proposta de Preços” deverá conter o nome e o endereço completos da licitante, seus números de telefone e de fax, bem como seu endereço eletrônico (e-mail), para fins de eventuais contatos, e fazer referência como indicado para o endereçamento do envelope acima citado mencionando o número deste Pregão Presencial.

12.9. A proposta deverá estar acompanhada da Declaração de Elaboração Independente de Propostas – Anexo III, sob pena de desclassificação da proposta.

12.10. A proposta de preço deverá consignar expressamente o Preço Unitário e Total (em valor numérico) do objeto licitado, incluindo todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos (inclusive tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições parafiscais), assim como o prazo mínimo da proposta estabelecido neste edital, além de quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta licitação, descrito no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, e totalizado conforme ANEXO II – MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS.

12.11. Não serão aceitas as propostas cujas especificações e quantidades estejam em discordância com aquelas definidas no Termo de Referência deste Edital.



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

12.12. Quaisquer custos diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título.

12.13. A “Proposta de Preços” deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou quaisquer condições ou vantagens que induzam o julgamento.

12.14. Ocorrendo discordância entre o valor numérico e por extenso contido na proposta, prevalecerá o valor por extenso, ou divergência entre o valor unitário e o valor total, será considerado o valor unitário.

12.15. O prazo mínimo de validade da “Proposta de Preços” será de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação. Caso não conste o prazo na proposta, esta será considerada válida pelo referido período.

12.16. Serão desclassificadas as propostas apresentadas por licitantes que se declararem microempresa ou empresa de pequeno porte cuja receita bruta registrada no Balanço Patrimonial e Demonstrativo do Resultado do Exercício, ou obtida através outras fontes que permitam auferir a referida receita, se encontrem acima dos limites legalmente estabelecidos.

13. DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE N° 02).

13.1. Os documentos para habilitação deverão ser entregues em envelope não transparente, fechado, preferencialmente, a documentação de habilitação de forma encadernada/gramos de trilho e numeradas ou de qualquer forma que não haja desprendimento das folhas no momento do certame, respeitando a sua ordem especificada no edital.

13.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA;

- a) Documentos de identificação com foto e CPF dos Sócios ou diretores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhadas de documento de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de provas da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) As Empresas Micro e Pequenas Empresas que fizerem uso da Lei nº 123/2006 deverão apresentar toda a documentação exigida no Edital de Licitação, ainda que com ressalva.

13.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Certidão negativa de débitos Estaduais (Tributária e não Tributária);
- c) Certidão de Débitos Negativos Municipais, do domicílio ou sede do licitante;
- d) Certidão de regularidade para com a fazenda Federal e União (certidão de tributos federais e dívida ativa da união) com abrangência de todos os créditos tributários federais administrados pela RFB E PGFN;



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

13.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.4.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentado na forma da Lei, assinado, carimbado pelo contador. O balanço deverá ser registrado na Junta Comercial e vir acompanhado da Certidão de Regularidade do contador - CRC emitido pela internet na sua devida validade na data do certame, ficando nula a certidão CRC que estiver fora da validade. (www.crcpa.org.br), para profissionais do Estado do Pará.

13.4.2 Demonstração de índice de liquidez que deverá ser igual ou superior a 1 (um), calculado e demonstrado pela fórmula: $ILC=AC/PC$, onde: ILC: Índice de Liquidez Corrente; AC: Ativo Circulante; PC: Passivo Circulante;

13.4.3 A partir dos dados de balanço, deverão ser calculados os seguintes índices como condição para a habilitação:

ONDE:

ILC = Índice de liquidez corrente, com valor igual ou superior a 1,00;

ILG = Índice de liquidez geral, com valor igual ou superior a 1,00;

$ILG = ATIVO\ CIRCULANTE + ATIVO\ NÃO\ CIRCULANTE \geq 1,00$

IGE = Índice Grau de endividamento, com valor igual ou menor a 1,00;

13.4.4 Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima – S/A): Balanços publicados em Diário Oficial ou publicados em jornal de grande circulação ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

b) Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

c) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

d) As empresas obrigadas a utilizar a ECD (Escrituração Contábil Digital) a partir de 1º de janeiro de 2008 terão a obrigatoriedade de apresentar seu balanço contábil até o último dia do mês de abril do ano seguinte do ano-calendário a que se refira à escrituração (INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1420, DE 19 DE DEZEMBRO DE



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

2013), apresentando documentação que comprove tal situação (documento contábil de enquadramento).

e) De acordo com os arts. 970 e 1.179, § 2º, do Código Civil (Lei nº 10.406/2002) o pequeno empresário não é obrigado à manutenção do livro diário e nem a elaboração do Balanço Patrimonial.

f) Considera –se pequeno empresário, para efeito de aplicação do disposto nos arts. 970 e 1.179, da Lei nº 10.406/2002, o empresário individual caracterizado como microempresa na forma da Lei que aufera receita bruta anual de até 60.000,00 (sessenta mil reais). (LC 123, art. 68).

g) Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo Distribuidor Judicial da sede da empresa, até no máximo de 90 (noventa) dias anteriores à data da presente Licitação.

13.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.5.1 Apresentação de pelo menos 01(um) Atestado (s) de Capacidade Técnica expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel que identifique o(s) mesmo(s), assinados, datados e os signatários devidamente identificados com o nome completo e cargo, que comprove que a empresa licitante forneceu/prestou ou fornece/presta os materiais/serviços em quantidades e características similares ao objeto desta licitação acompanhado de nota fiscal ou contrato administrativo;

13.5.2 O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito privado deverá constar firma reconhecida em cartório;

13.5.3 O (a) Pregoeiro (a) poderá solicitar a qualquer momento documentos que comprovem o atestado de capacidade técnica com a administração pública ou privada.

13.5.4 Poderão ser exigidos outros documentos de Comprovação de Qualificação Técnica, caso necessário.

14 OUTROS DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS

14.1. Declaração de Adimplência ou Certidão de que não possui pendências junto ao Município de **SANTA BÁRBARA DO PARÁ**;

14.1.1. A referida declaração/certidão deverá ser solicitada pelo licitante interessado, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data designada para abertura da sessão pública;

14.1.2. A referida declaração deverá ser apresentada em original ou em cópia autenticada por cartório competente ou pelos membros da Comissão de Licitação, Pregoeiro (a) ou membros da Equipe de Apoio.

14.2. Declaração de que contratada assume inteira responsabilidade por danos ou prejuízos pessoais ou materiais que causar ao Município de **SANTA BÁRBARA DO PARÁ**, a terceiros, por si, representantes ou sucessores.

14.3. Certidão Negativa de Títulos Protestados da Sede da Licitante;

14.4 Certidão indicativa de cartório expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado, indicando os cartórios de protestos existentes no Município Sede da Licitante.

14.5 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

14.6 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

14.7 Declaração da empresa Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

14.8 Declaração de que contratada assume inteira responsabilidade por danos ou prejuízos pessoais ou materiais que causar ao Município de SANTA BÁRBARA DO PARÁ, a terceiros, por si, representantes ou sucessores.

14.9 Ficha de Inscrição Estadual (FIC);

14.10 Alvará de funcionamento do domicílio ou sede do licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

14.11 Declaração de que NÃO possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.

14.12 Declaração de que NÃO possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo e/ou Legislativo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art 9º da Lei 8666/93).

14.13 Declaração de Inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do § 2º, art. 32, da Lei nº 8.666/93.

14.14 Declaração de empregabilidade de pessoas com necessidades especiais:

14.14.1 () possui em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% de pessoas portadoras de necessidades especiais, de acordo com o disposto no art. 28, § 6º, da Constituição do Estado do Pará (EC nº 0042/2008, publicada em 11/06/2008).

14.14.2 () não possui em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% de pessoas portadoras de necessidades especiais, pois a empresa possui menos de 20 empregados, de acordo com o disposto no art. 28, § 6º, da Constituição do Estado do Pará (EC nº 0042/2008, publicada em 11/06/2008).

14.15. Os modelos das declarações acima estão anexadas neste edital, que deverão fazer parte do envelope de habilitação e as que por ventura não forem disponibilizados os modelos, a(s) licitante(s) deverão elabora-las e apresenta-las de acordo com o edital.

15. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

15.1. Os documentos referentes à Habilitação deverão ser apresentados em cópias autenticadas pelo servidor, ou cópias simples, mas desde que apresentadas junto com os originais para serem autenticada por membro da Equipe de Apoio do Pregão, ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas. Exceto as certidões emitidas via internet deverão ser originais, ou quando estes forem publicados em Diário Oficial. Cópias autenticadas por tabelião de notas não serão válidas como originais para serem autenticadas na hora do certame, ou antes, por qualquer servidor, obedecendo ao art. 32, da Lei nº 8.666/1993.

15.2. Os documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente. Os documentos que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a **90 (noventa) dias** de antecedência da data prevista para apresentação das propostas. Exceto os atestados de capacidade técnica que não tem validade.

15.3. Os envelopes com documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras serão devolvidos no prazo de **10 (dez) dias úteis**.



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

15.4. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ, devendo ser observado o seguinte:

15.4.1 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ;

15.4.2 Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz;

15.4.3 Se a licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente.

15.4.4 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

16. DA SESSÃO DO PREGÃO

16.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo a “Proposta de Preços” e “Documentos de Habilitação”, será pública e dirigida pela PREGOEIRA, na data, horário e local e nos termos determinados neste Edital.

16.2. A PREGOEIRA verificará as “Propostas de Preços” recebidas, antes da abertura da fase de lances, **desclassificando, motivadamente**, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis, capazes de dificultar seu julgamento, e, ainda, proposta que apresente **valores unitários simbólicos, ou irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis**.

16.3. Pelo § 3º, do art. 43, da Lei nº 8666/93, é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

16.4. Quando o licitante se **ausentar antes do término da ata e da sessão**, entregará a PREGOEIRA uma declaração de desistência, informando estar ciente de qualquer fato superveniente.

16.5. Caso o envelope de documentação da segunda colocada não tenha sido aberto na sessão, será convocada a (s) licitante (s) para analisar a documentação.

17. PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

17.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**.

17.2. Após a abertura dos envelopes contendo as “Propostas de Preços”:

17.2.1 A PREGOEIRA e sua Equipe de Apoio classificarão a licitante autora da proposta de menor preço do certame, e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação da vencedora, conforme disposto no inciso VIII, do artigo 4º, da Lei nº 10.520/2002.

17.3. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas, conforme disposto no inciso IX, do art. 4º, da Lei nº 10.520/2002.



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

17.4. O empate entre dois ou mais licitante somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as propostas escritas e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

17.5. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, exclusivamente pelo tipo de licitação, a PREGOEIRA examinará a aceitabilidade da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

17.6. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus anexos, será declarada pela PREGOEIRA a licitante vencedora.

17.7. Sendo aceitável a proposta de menor preço POR LOTE será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante.

17.8. Se a proposta classificada em primeiro lugar **não for aceitável** ou o seu autor **não atender aos requisitos de habilitação**:

17.8.1 A PREGOEIRA examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, até a apuração da licitante que atenda a todas as exigências do Edital, inclusive quanto à documentação de habilitação, a qual será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

17.9. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

17.10. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinado pela PREGOEIRA, e licitantes presentes.

17.11. Não será motivo de desclassificação, simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e nem aquelas que possam lesar os direitos das demais licitantes.

18. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

18.1. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal.

18.2. Declarado o vencedor da licitação, qualquer licitante poderá manifestar a intenção de interpor recurso de forma motivada no final da sessão, sob pena da decadência do direito de recurso, com registro em ata da síntese das razões de sua impugnação, podendo os interessados juntar memoriais no prazo máximo de **3 (três) dias uteis** para juntar memorial e razões do recurso por escrito, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentarem as razões do recurso (contrarrazões) em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhe assegurado vista imediata dos autos.

18.3. Intenção motivada de recorrer é aquela que indica, objetivamente, o fato e o direito que a licitante deseja ser revisto pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

18.4. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento e, se oral, será reduzida a termo em ata.

18.5. Considerando o conteúdo da intenção da licitante, caberá a PREGOEIRA aceitar ou rejeitar de imediato, ou seja, proceder ao juízo de admissibilidade do mesmo, na própria sessão, sendo os motivos da decisão informados na ata da sessão;

18.6. A síntese e os memoriais das razões do recurso deverão apresentar os motivos da discordância da licitante, e as contrarrazões, os motivos pertinentes de impugnação às razões de recurso correspondentes.



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

18.7. Os recursos devem ser apresentados por escrito, de forma legível, assinados pelos representantes legais, ou procuradores com poderes específicos, dirigidos a autoridade competente do órgão licitante e, necessariamente entregues e protocolizados na Sala da Comissão Permanente de Licitação do Município de **SANTA BÁRBARA DO PARÁ**, no horário das 08:00 às 14:00hs, em dias de efetivo expediente, ou às mesmas condições através de e-mail para o endereço eletrônico da CPL (licitacaopmsbp@hotmail.com).

18.8. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

18.9. O recurso contra decisão da PREGOEIRA não terá efeito suspensivo.

18.10. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.11. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto á (às) licitante (s) vencedora (as).

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela PREGOEIRA sempre que não houver recurso.

19.2. A homologação da licitação é de responsabilidade do Ordenador de Despesas do Município de SANTA BÁRBARA DO PARÁ e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à (às) proponente (s) vencedora (s) pela PREGOEIRA.

19.3. Quando houver recurso e a PREGOEIRA mantiver sua decisão, deverá ser submetido à Ordenadora de Despesas da Do Município de SANTA BÁRBARA DO PARÁ para decidir acerca dos atos da PREGOEIRA, opinando pela adjudicação e homologação ou acolhimento do recurso.

19.4. A homologação do resultado desta licitação **não implicará em direito à contratação.**

20. DA PROPOSTA CONSOLIDADA

20.1. A proposta vencedora só será **adjudicada/homologada**, quando esta apresentar a PREGOEIRA a **proposta consolidada**, no prazo de até 02 (dois) dias úteis. Caso não cumpra esse período estará automaticamente **desclassificada**, sendo convocada a empresa com oferta subsequente.

21. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Homologada o resultado da licitação, será **formalizada Ata de Registro de Preços**, documento vinculativo obrigacional, com o fornecedor primeiro classificado para o item, se for o caso, com os demais classificados que aceitarem executar os fornecimentos pelo preço do primeiro, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

21.2. A Comissão Permanente de Licitação convocará a (s) empresa (s) vencedora (as) do certame para a celebração da Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data do recebimento da convocação, informando o local, data e hora.

21.3. A licitante vencedora deverá comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação.

21.3.1 A empresa (s) vencedora (s) deverá também **assinar** a Ata de Registro de Preços de **forma digital**, sendo **obrigatório** de acordo com a **Resolução nº 11.535/TCM-PA de 01/07/2014**, não sendo isento da assinatura física.



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

21.4. Como condição para assinar a Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora **deverá** apresentar a documentação de habilitação fiscal e trabalhista regular.

21.5. O prazo previsto no **item 22.2 poderá** ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela licitante convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela administração.

21.6. A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no **item 21.2 e 21.5**, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

21.7. Se a (s) licitante (s) vencedora (s) recusar (em) – se a assinar a Ata de Registro de Preços, a administração ou órgão gerenciador convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado. Caso este recusar-se, não caberá às sanções administrativas previstas neste Edital e no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

21.8. Será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro das licitantes que aceitarem cotar o objeto desta licitação com preços iguais aos da licitante vencedora na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme o art. 11, caput do Decreto nº 7.892/2013.

21.9. Serão registrados na Ata de Registro de Preços, nesta ordem:

- I - Os preços e quantitativos da licitante mais bem classificada durante a etapa competitiva; e
- II - Os preços e quantitativos das licitantes que tiverem aceitado cotar o objeto desta licitação em valor igual ao da licitante mais bem classificada.

21.10. Se houver mais de uma licitante que aceite cotar o objeto desta licitação por preço igual ao da licitante mais bem colocada, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

21.11. A Ata de Registro de Preços **será válida pelo prazo de 12 (doze) meses**, a partir da data de sua publicação nos órgãos oficiais, art. 14 do Decreto nº 7.892, de 23/01/2013, incluídas as eventuais prorrogações (Art. 12 do Decreto nº 7.892/2013), não superior a 12 (doze) meses.

21.12. A existência de preços registrados **não obriga** a instituição a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para contratação do item, sendo assegurada, ao beneficiário do registro, a preferência do objeto de contratação em igualdade de condições. (Art. 16 do Decreto nº 7.892/2013).

21.13. A Ata de Registro de Preços **poderá** sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na alínea “d” do art. 65, inciso II da Lei n.º 8.666/93 e no art. 17, do Decreto nº 7.892/2013.

22. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. Caberá ao **Município de SANTA BÁRBARA DO PARÁ**, órgão gerenciador, a consolidação de dados para a realização do procedimento licitatório e a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, respeitando, ainda, as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, anexo deste Edital.

23. DO PREÇO REGISTRADO NA ATA

23.1. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

23.2. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

23.3. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

23.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

23.4.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

23.4.2 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

23.5 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65, da Lei nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

24. DOS QUANTITATIVOS E LIMITES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

25. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

25.1. A Ata de Registro de Preços decorrente deste procedimento licitatório poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, desde que devidamente justificada a vantagem, e mediante anuência do órgão gerenciador.

25.2. O Órgão Não Participante, a que se refere o Decreto nº 7.892/2013 (art. 2º, inciso V), somente poderá fazer uso da Ata de Registro de Preços, após anuência do Órgão Gerenciador da Ata. Os órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto a **Do Município de SANTA BÁRBARA DO PARÁ** por ofício, para que indiquem os possíveis fornecedores e respectivos preços registrados.

25.3. Caberá à (s) licitante (s) vencedora (s) do certame, beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do objeto decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgão (s) participante (s). (§ 2º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013).

25.4. As contratações por cada Órgão Não Participante não poderão exceder a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgão (s) Participante (s). (§ 3º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013).

25.5. O quantitativo decorrente de todas as adesões a esta Ata de Registro de Preços não excederá, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo total, para o item registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem. (§ 4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013).

25.6. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão Não Participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata. (§ 6º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013).



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

25.7. Compete ao Órgão Não Participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador. (§ 7º do art. 22, do Decreto nº 7.892/2013).

26. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR

26.1. O Órgão Gerenciador promoverá o cancelamento do registro da licitante vencedora quando couber o disposto no art. 20, do Decreto nº 7.892/2013, tendo a seguinte regra:

I - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

II - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

III - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87, da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

26.2. O Órgão Gerenciador poderá cancelar o registro do preço por fato superveniente ou por motivo de força maior, que comprovada e justificadamente prejudique o cumprimento da ata, por razão de interesse público ou a pedido da licitante.

26.3. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do **Município de SANTA BÁRBARA DO PARÁ**.

26.4. O cancelamento será a pedido, quando a empresa vencedora do certame comprovar:

a) A impossibilidade de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior.

b) Que o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado e/ou dos insumos que compõem o custo do material.

c) A ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

26.5. Por iniciativa do Município de SANTA BÁRBARA DO PARÁ, quando:

a) O (s) fornecedor (es) do certame perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório.

b) O (s) fornecedor (es) do certame não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços.

c) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes.

d) Não for assinada, pela empresa destinatária, a Autorização para execução dos fornecimentos no prazo estabelecido;

e) O (s) fornecedor (es) incorrer (em) nas condutas que ensejem rescisão administrativa, conforme previsões dos incisos de I a XII e XVII do art. 78, da Lei nº 8.666/93.

f) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e o fornecedor se recusar a reduzi-lo;



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

26.6. Do cancelamento da ata de registro de preços:

26.6.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração nas hipóteses estabelecidas na Ata de Registro de Preços - **Anexo VIII**, parte integrante deste Edital.

27. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

27.1. Para a contratação em tela será formalizada em Contrato Administrativo, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com o Edital de Licitação, do Termo de Referência e da Proposta de Preços da empresa considerada vencedora.

27.2. Por se tratar de **Sistema de Registro de Preços** o prazo de vigência do contrato será estabelecido no **momento de solicitação** de contratação da empresa vencedora do certame.

27.3. O momento de contratação será um ato unilateral do órgão gerenciador da ata, e será definido conforme critérios e disponibilidade orçamentária do mesmo, não cabendo a beneficiária da ata exigir imediata contratação dos itens licitados, assim como a quantidade a ser contratada.

27.4. A vigência do contrato será definida em cada celebração de contrato oriundo da Ata de Registro de Preços.

28. DA ASSINATURA DO CONTRATO

28.1. Homologada a licitação, serão formalizados quantos contratos forem necessários dentro do quantitativo registrado na ata, de acordo com a necessidade do Município de SANTA BÁRBARA DO PARÁ, com a licitante primeiro classificada para o item.

28.2. A licitante vencedora deverá comparecer para firmar o Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação.

28.2.1 A empresa (s) vencedora (s) deverá também assinar o contrato de forma digital, sendo obrigatório de acordo com a Resolução nº 11.535/TCM-PA de 01/07/2014, não sendo isento da assinatura física.

28.3. Na hipótese de a adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar o Contrato e não apresentar justificativa a Administração implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/ 1993, sendo facultado à administração pública convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

28.4. O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, farão parte integrante do Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição.

29. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

29.1. A fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato serão exercidos pelo fiscal (servidor) previamente designado pelo **Município de SANTA BÁRBARA DO PARÁ**, cujas atribuições estão estabelecidas no **Termo de Referência – Anexo I e Minuta de Contrato – Anexo IX**, parte integrante deste Edital.

30. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

30.1.. Sem prejuízo aos dispositivos legais referentes à matéria e que fundamentam os certames licitatórios, as obrigações inerentes à parte Contratada encontram-se previstas na **Minuta de Contrato – Anexo IX**, parte integrante deste Edital.



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

31. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

31.1. Sem prejuízo aos dispositivos legais referentes à matéria e que fundamentam os certames licitatórios, as obrigações inerentes à parte Contratante encontram-se previstas na **Minuta de Contrato – Anexo IX**, parte integrante deste Edital.

32. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

32.1. Sem prejuízo aos dispositivos legais referentes à matéria e que fundamentam os certames licitatórios, a forma de pagamento pela execução do objeto da futura contratação, encontra-se prevista no **Termo de Referência – Anexo I e na Minuta de Contrato – Anexo IX**, que integram este Edital.

33. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

33.1. A Contratada ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e na Lei nº 10.520/2002, a ser aplicada pela autoridade competente da Contratante, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento pelos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais;

33.2. Sem prejuízo aos dispositivos legais referentes à matéria e que fundamentam os certames licitatórios, as sanções e penalidades, encontram-se previstas no **Termo de Referência – Anexo I e na Minuta de Contrato – Anexo IX**, que integram este Edital.

34. DAS PENALIDADES

34.1. As licitantes, participantes deste certame, quando convocadas dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

35. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

35.1. A autoridade competente para homologar este certame poderá revogar a licitação em face de **razões de interesse público**, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

35.2. A anulação do procedimento licitatório induz à Ata de Registro de Preços e Contrato oriundo deste Pregão.

35.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do fornecedor de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato e das condições deste Edital.

35.4. No caso de desfazimento de processo licitatório, fica assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

36. DO PADRÃO ÉTICO NO PROCESSO LICITATÓRIO

36.1 A licitante deverá observar o mais alto padrão de conduta ética durante o processo de licitação e na execução do Contrato, estando sujeito às sanções previstas na legislação brasileira.

36.2. A PREGOEIRA ou autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

36.3. Definições de práticas corruptivas compreendem os seguintes atos:

a) suborno: ato de oferecer, dar, receber ou solicitar indevidamente qualquer coisa de valor capaz de influenciar o processo de aquisição de bens ou serviços, seleção e contratação de consultores, ou a execução dos contratos correspondentes;

b) extorsão ou coação: tentativa de influenciar, por meio de ameaças de dano à pessoa, à reputação ou à propriedade, o processo de aquisição de bens ou serviços, seleção e contratação de consultores, ou a execução dos contratos correspondentes;

c) fraude: falsificação de informação ou ocultação de fatos com o propósito de influenciar o processo de aquisição de bens ou serviços, seleção e contratação de consultores, ou a execução dos contratos correspondentes em detrimento do Mutuário ou dos outros participantes do referido processo;

d) conluio: acordos entre as licitantes destinados a gerar ofertas com preços artificiais, não competitivos.

37. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

37.1. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

37.2. Das reuniões de abertura e julgamento da Proposta e Habilitação, lavrar-se as atas circunstanciadas, assinada pela PREGOEIRA e sua Equipe de Apoio e licitantes presentes.

37.3. No interesse da administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a data da abertura desta licitação;

b) alteradas as condições do Edital, com fixação do novo prazo para sua realização.

37.4. A participação neste Pregão implicará aceitação integral e irrevogável das normas do Edital, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

37.5. É facultada a PREGOEIRA ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveriam constar no ato da sessão pública.

37.6. A Contratada ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio do Município de SANTA BÁRBARA DO PARÁ, reparando às suas custas os mesmos, durante a execução do Contrato, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte do **Município de SANTA BÁRBARA DO PARÁ**.

37.7. Caso a data prevista para realização deste certame seja declarada feriado ou ponto facultativo, e não havendo retificação de convocação, será realizada, AUTOMATICAMENTE, no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora previstos.

37.8. Todas as referências de tempo/horário contidas neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário do Estado do Pará.



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

37.9. Fica constituído o Foro da Comarca de Benevides – PA para solucionar eventuais litígios, com prejuízo de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

SANTA BÁRBARA DO PARÁ, 10 de junho de 2019.

MÁRCIA HELENA MOREIRA LEITE
Pregoeira



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS DE REPOSIÇÃO E AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ, UNIDADES ADMINISTRATIVAS E FUNDOS MUNICIPAIS, de acordo com as especificações e condições constantes neste Termo e Referência.

Os itens a serem adquiridos têm suas especificações, unidades e quantidades no escopo da tabela abaixo. Essa tabela foi elaborada com base nas quantidades apresentadas pela Diretoria de Transporte deste município.

2. JUSTIFICATIVA

Justificamos o pedido do objeto em razão da necessidade de prevenção, reposição e reparo das peças, componentes e acessórios avariados, solucionando eventuais problemas mecânicos e elétricos. Trata-se ainda de peças essenciais para proporcionar desempenho, economia e segurança aos motoristas e passageiros. O objeto de contrato será utilizado para a conservação da frota pertencente às diversas secretarias.

A referida licitação se faz necessária, tendo em vista a substituição de peças e aquisição de pneus, câmaras de ar e outros deve ser realizada de forma periódica, visando à prevenção de danos futuros, bem como corrigir problemas que possam ocorrer em virtude do desgaste pelo uso contínuo.

As peças de reposição listadas foram classificadas de acordo com cada equipamento pertencente à frota oficial do município, após um levantamento técnico minucioso realizado pelo Departamento de Transporte do Município de Santa Bárbara do Pará.

Como rege a Lei Federal nº 8.666/93, para este tipo de aquisição é necessário a realização de procedimentos licitatórios sempre que necessário for. Deve-se ressaltar que o objeto, da presente licitação são extremamente necessários para o bom funcionamento das atividades deste Município.

3. DO QUANTITATIVO E DESCRIÇÃO

LOTE 01 - Veículo: Tipo passeio FIAT (UNO, PALIO E MOBI)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	R\$ UNT	R\$ TOTAL
1	Lâmpadas de farol	UND	30			
2	Lâmpadas de lanternas de I e II polos	UND	30			
3	Lâmpadas de freios	UND	30			
4	Filtro de óleo	UND	30			



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

5	Amortecedor (dianteiro e traseiro)	UND	20			
6	Bateria 60 AP	UND	5			
7	Correia dentada	UND	10			
8	Filtro de combustível	UND	50			
9	Filtro de ar	UND	24			
10	Lonas de freio	UND	10			
11	Pastilhas de freio	UND	15			
12	Bomba d'água	UND	5			
13	Bomba hidráulica	UND	5			
14	Bomba de combustível	UND	10			
15	Rolamento de tensor	UND	10			
16	Rolamento dianteiro	UND	10			
17	Rolamento traseiro	UND	10			
18	Jogo de vela	UND	10			
19	Cabos de vela	UND	10			
20	Radiador	UND	5			
21	Sensor de temperatura	UND	5			
22	Esticador da Corrêa	UND	5			
23	Corrêa poly v	UND	5			
24	Bandeja superior	UND	10			
25	Bandeja inferior	UND	4			
26	Coifa	UND	10			
27	Batentes	UND	20			
28	Buchas	UND	20			
29	Pivôs	UND	20			
30	Fusíveis 10/15/20/30	UND	40			
31	Junta homo cinética	UND	5			
32	Trizetas	UND	5			
33	Lanternas dianteira	UND	10			
34	Lanternas traseiras	UND	10			
35	Para-brisas dianteiro	UND	5			
36	Para-brisas traseiro	UND	5			
37	Vidros traseiros	UND	5			
38	Retrovisores direito e esquerdo	UND	10			
39	Para-choque dianteiro	UND	5			
40	Para-choque traseiro	UND	5			
41	Maçanetas	UND	5			
42	Sonda Lambda	UND	5			



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

43	Motor do limpador do para-brisa	UND	5			
44	Palheta de limpar para-brisa	UND	20			
45	Bico injetor	UND	10			
46	Cilindro de roda	UND	10			
47	Esteira de suspensão	UND	10			
48	Jogo de roda	UND	5			
49	Ventilador	UND	3			
50	Reservatório de água	UND	5			
51	Parafuso de roda	UND	20			
TOTAL:						

LOTE 02 - Veículo: VOLKSWAGEM – TIPO KOMBI

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	R\$ UNT	R\$ TOTAL
52	Lâmpadas de farol	UND	10			
53	Lâmpadas de lanternas	UND	10			
54	Lâmpadas de freios	UND	4			
55	Filtro de óleo	UND	4			
56	Amortecedor (dianteiro e traseiro)	UND	6			
57	Bateria 60 AP	UND	3			
58	Correia dentada	UND	4			
59	Filtro de combustível	UND	4			
60	Filtro de ar	UND	4			
61	Lonas de freio	UND	4			
62	Pastilhas de freio	UND	4			
63	Bomba d'água	UND	2			
64	Bomba hidráulica	UND	2			
65	Bomba de combustível	UND	2			
66	Rolamento de tensor	UND	2			
67	Rolamento dianteiro	UND	4			
68	Rolamento traseiro	UND	4			
69	Rolamento interno	UND	4			
70	Rolamento externo	UND	4			
71	Jogo de vela	UND	6			
72	Cabos de vela	UND	6			
73	Radiador,	UND	2			
74	Sensor de temperatura	UND	2			
75	Corrêa poly v	UND	6			



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

76	Bandeja superior	UND	2			
77	Bandeja inferior	UND	2			
78	Coifa	UND	6			
79	Batentes	UND	4			
80	Buchas	UND	4			
81	Pivôs	UND	4			
82	Fusíveis	UND	30			
83	Junta homo cinética	UND	4			
84	Lanternas dianteira	UND	4			
85	Lanternas trazeiras	UND	4			
86	Para-brisas dianteiro	UND	2			
87	Para-brisas traseiro	UND	2			
88	Vidros traseiros	UND	2			
89	Retrovisores	UND	2			
90	Para-choque dianteiro	UND	2			
91	Para-choque traseiro	UND	2			
92	Maçanetas	UND	3			
93	Sonda Lambda	UND	2			
TOTAL:						

LOTE 03 - Veículo: UTILITÁRIOS TIPO AMBULÂNCIA FIORINO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	R\$ UNT	R\$ TOTAL
94	Lâmpadas de farol	UND	12			
95	Lâmpadas de lanternas	UND	12			
96	Lâmpadas de freios	UND	12			
97	Filtro de óleo	UND	36			
98	Amortecedor (dianteiro e traseiro)	UND	8			
99	Bateria 60 AP	UND	3			
100	Correia dentada	UND	6			
101	Filtro de combustível	UND	36			
102	Filtro de ar	UND	36			
103	Lonas de freio	UND	6			
104	Pastilhas de freio	UND	12			
105	Bomba d'água	UND	3			
106	Bomba hidráulica	UND	3			
107	Bomba de combustível	UND	3			
108	Rolamento de tensor	UND	3			



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

109	Rolamento dianteiro	UND	9			
110	Rolamento traseiro	UND	9			
111	Rolamento interno	UND	9			
112	Rolamento externo	UND	9			
113	Jogo de vela	UND	3			
114	Cabos de vela	UND	9			
115	Radiador,	UND	3			
116	Sensor de temperatura	UND	3			
117	Esticador da Corrêa	UND	9			
118	Corrêa poly v	UND	3			
119	Bandeja superior	UND	3			
120	Bandeja inferior	UND	3			
121	Coifa	UND	6			
122	Batentes	UND	6			
123	Buchas	UND	6			
124	Pivôs	UND	6			
125	Fusíveis	UND	90			
126	Junta homo cinética	UND	9			
127	Lanternas dianteira	UND	6			
128	Lanternas trazeiras	UND	6			
129	Para-brisas dianteiro	UND	3			
130	Para-brisas traseiro	UND	3			
131	Vidros traseiros	UND	3			
132	Retrovisores	UND	9			
133	Para-choque dianteiro	UND	3			
134	Para-choque traseiro	UND	3			
135	Maçanetas	UND	3			
136	Sonda Lambda	UND	3			
TOTAL:						

LOTE 04 - Veiculo: UTILITÁRIOS TIPO AMBULÂNCIA PARTNER

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	R\$ UNT	R\$ TOTAL
137	Lâmpadas de farol	UND	15			
138	Lâmpadas de lanternas	UND	15			
139	Lâmpadas de freios	UND	15			
140	Filtro de óleo	UND	20			
141	Amortecedor (dianteiro e traseiro)	UND	4			



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

142	Bateria AP	UND	2			
143	Correia dentada	UND	4			
144	Filtro de combustível	UND	20			
145	Filtro de ar	UND	10			
146	Lonas de freio	UND	3			
147	Pastilhas de freio	UND	6			
148	Bomba d'água	UND	2			
149	Bomba hidráulica	UND	3			
150	Bomba de combustível	UND	4			
151	Rolamento de tensor	UND	4			
152	Rolamento dianteiro	UND	4			
153	Rolamento traseiro	UND	4			
154	Jogo de vela	UND	5			
155	Kit de embreagem	UND	3			
156	Radiador	UND	2			
157	Sensor de temperatura	UND	4			
158	Corrêa poly v	UND	4			
159	Esteira de suspensão	UND	4			
160	Cilindro de roda	UND	6			
161	Bico injetor	UND	8			
162	Batentes	UND	2			
163	Buchas	UND	4			
164	Pivôs	UND	4			
165	Fusíveis 10 15 20 30	UND	40			
166	Junta homo cinética	UND	2			
167	Lanternas dianteira	UND	2			
168	Lanternas trazeiras	UND	2			
169	Para-brisas dianteiro	UND	1			
170	Ventilador	UND	2			
171	Palheta do limpador do para-brisa	UND	10			
172	Retrovisores	UND	2			
173	Para-choque dianteiro	UND	2			
174	Para-choque traseiro	UND	2			
175	Motor do limpador do para-brisa	UND	2			
176	Sonda Lambda	UND	2			
TOTAL:						

LOTE 05 - Veículo: UTILITÁRIOS TIPO AMBULÂNCIA CITROEN



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	R\$ UNT	R\$ TOTAL
177	Lâmpadas de farol	UND	15			
178	Lâmpadas de lanternas	UND	15			
179	Lâmpadas de freios	UND	15			
180	Filtro de óleo	UND	20			
181	Amortecedor (dianteiro e traseiro)	UND	4			
182	Bateria AP	UND	2			
183	Correia dentada	UND	4			
184	Filtro de combustível	UND	20			
185	Filtro de ar	UND	10			
186	Lonas de freio	UND	3			
187	Pastilhas de freio	UND	6			
188	Bomba d'água	UND	2			
189	Bomba hidráulica	UND	3			
190	Bomba de combustível	UND	4			
191	Rolamento de tensor	UND	4			
192	Rolamento dianteiro	UND	4			
193	Rolamento traseiro	UND	4			
194	Jogo de vela	UND	5			
195	Kit de embreagem	UND	3			
196	Radiador	UND	2			
197	Sensor de temperatura	UND	4			
198	Corrêa poly v	UND	4			
199	Esteira de suspensão	UND	4			
200	Cilindro de roda	UND	6			
201	Bico injetor	UND	8			
202	Batentes	UND	2			
203	Buchas	UND	4			
204	Pivôs	UND	4			
205	Fusíveis 10 15 20 30	UND	40			
206	Junta homo cinética	UND	2			
207	Lanternas dianteira	UND	2			
208	Lanternas trazeiras	UND	2			
209	Para-brisas dianteiro	UND	1			
210	Ventilador	UND	2			
211	Palheta do limpador do para-brisa	UND	10			
212	Retrovisores	UND	2			



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

213	Para-choque dianteiro	UND	2			
214	Para-choque traseiro	UND	2			
215	Motor do limpador do para-brisa	UND	2			
216	Sonda Lambda	UND	2			
TOTAL:						

LOTE 06 - Veículo: UTILITÁRIOS TIPO FIAT DUCATO - SAMU

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	R\$ UNT	R\$ TOTAL
217	Jogos de velas candescente	UND	2			
218	Filtro diesel	UND	10			
219	Filtro de ar	UND	10			
220	Filtro de óleo de motor	UND	10			
221	Jogo amortecedor	UND	1			
222	Bateria 100AP E 150AP	UND	2			
223	Kit correia dentada	UND	2			
224	Jogos de pastilha de freio	UND	6			
225	Kit de embreagem	UND	3			
226	Jogos de patilha de freio traseira	UND	6			
227	Lâmpada mínima	UND	15			
228	Lâmpada de 01 polo	UND	15			
229	Lâmpada de farol	UND	15			
230	Lanterna traseira	UND	2			
231	Farol	UND	2			
232	Retrovisor dianteiro e trazeiro	UND	4			
233	Para-brisa dianteiro	UND	2			
234	Motor do limpador do para-brisa	UND	2			
235	Palheta do limpador do para-brisa	UND	5			
236	Jogo de bico injetor	UND	2			
237	Bomba d'agua	UND	3			
238	Reparo da Bomba injetora	UND	2			
239	Cilindro da roda	UND	6			
240	Esteira de suspensão	UND	4			
241	Jogos de rolamentos da roda	UND	4			
242	Fusível 10 15 20 30	UND	40			
243	Radiador	UND	1			
244	Ventilador	UND	1			
245	Compressor de ar-condicionado	UND	1			



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOTAL:

LOTE 07 - Veículo: UTILITÁRIOS TIPO RENOURT-MASTER

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	R\$ UNT	R\$ TOTAL
246	Jogos de velas candescente	UND	2			
247	Filtro diesel	UND	10			
248	Filtro de ar	UND	10			
249	Filtro de óleo de motor	UND	10			
250	Jogo amortecedor	UND	1			
251	Bateria 100AP E 150AP	UND	2			
252	Kit correia dentada	UND	2			
253	Jogos de pastilha de freio	UND	6			
254	Kit de embreagem	UND	3			
255	Jogos de patilha de freio traseira	UND	6			
256	Lâmpada mínima	UND	15			
257	Lâmpada de 01 polo	UND	15			
258	Lâmpada de farol	UND	15			
259	Lanterna traseira	UND	2			
260	Farol	UND	2			
261	Retrovisor dianteiro e trazeiro	UND	4			
262	Para-brisa dianteiro	UND	2			
263	Motor do limpador do para-brisa	UND	2			
264	Palheta do limpador do para-brisa	UND	5			
265	Jogo de bico injetor	UND	2			
266	Bomba d'água	UND	3			
267	Reparo da Bomba injetora	UND	2			
268	Cilindro da roda	UND	6			
269	Esteira de suspensão	UND	4			
270	Jogos de rolamentos da roda	UND	4			
271	Fusivel 10 15 20 30	UND	40			
272	Radiador	UND	1			
273	Ventilador	UND	1			
274	Compressor de ar-condicionado	UND	1			
TOTAL:						

LOTE 08 - Veículo: UTILITÁRIOS TIPO DUCATO-VAM

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	R\$ UNT	R\$ TOTAL
------	-----------	-----	-----	-------	---------	-----------



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

275	Jogos de velas candescente	UND	2			
276	Filtro diesel	UND	10			
277	Filtro de ar	UND	10			
278	Filtro de óleo de motor	UND	10			
279	Jogo amortecedor	UND	1			
280	Bateria 100AP E 150AP	UND	2			
281	Kit correia dentada	UND	2			
282	Jogos de pastilha de freio	UND	6			
283	Kit de embreagem	UND	3			
284	Jogos de patilha de freio traseira	UND	6			
285	Lâmpada mínima	UND	15			
286	Lâmpada de 01 polo	UND	15			
287	Lâmpada de farol	UND	15			
288	Lanterna traseira	UND	2			
289	Farol	UND	2			
290	Retrovisor dianteiro e trazeiro	UND	4			
291	Para-brisa dianteiro	UND	2			
292	Motor do limpador do para-brisa	UND	2			
293	Palheta do limpador do para-brisa	UND	5			
294	Jogo de bico injetor	UND	2			
295	Bomba d'água	UND	3			
296	Reparo da Bomba injetora	UND	2			
297	Cilindro da roda	UND	6			
298	Esteira de suspensão	UND	4			
299	Jogos de rolamentos da roda	UND	4			
300	Fusível 10 15 20 30	UND	40			
301	Radiador	UND	1			
302	Ventilador	UND	1			
303	Compressor de ar-condicionado	UND	1			
TOTAL:						

LOTE 09 - Veículo: UTILITÁRIOS TIPO CAMINHÃO ODONTOLÓGICO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	R\$ UNT	R\$ TOTAL
304	Lâmpadas de farol	UND	2			
305	Lâmpadas de lanternas	UND	2			
306	Lâmpadas de freios	UND	2			
307	Filtro de óleo	UND	4			



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

308	Amortecedor (dianteiro e traseiro)	UND	2			
309	Bateria 150 AP	UND	1			
310	Correia dentada	UND	1			
311	Filtro de combustível	UND	4			
312	Filtro de ar	UND	4			
313	Lonas de freio	UND	1			
314	Pastilhas de freio	UND	1			
315	Bomba d'água	UND	1			
316	Bomba hidráulica	UND	1			
317	Bomba de combustível	UND	1			
318	Rolamento de tensor	UND	1			
319	Rolamento dianteiro Roda	UND	2			
320	Rolamento traseiro Roda	UND	2			
321	Rolamento interno Roda	UND	2			
322	Rolamento externo Roda	UND	2			
323	Radiador	UND	1			
324	Sensor de temperatura	UND	1			
325	Corrêa poly v	UND	1			
326	Feixe de mola dianteiro	UND	2			
327	Feixe de mola traseiro	UND	2			
328	Buchas	UND	2			
329	Cubo Roda dianteira e trazeira	UND	4			
330	Fusíveis	UND	20			
331	Lanternas dianteira	UND	2			
332	Lanternas trazeiras	UND	2			
333	Para-brisas dianteiro	UND	1			
334	Para-brisas traseiro	UND	1			
335	Retrovisores	UND	2			
336	Para-choque dianteiro	UND	1			
337	Para-choque traseiro	UND	1			
338	Maçanetas	UND	2			
339	Rolamento de centro transmissão	UND	4			
TOTAL:						

LOTE 10 - Veículo: UTILITÁRIOS - CAMINHÃO DO LIXO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	R\$ UNT	R\$ TOTAL
340	Lâmpadas de farol	UND	2			



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

341	Lâmpadas de lanternas	UND	2			
342	Lâmpadas de freios	UND	2			
343	Filtro de óleo	UND	4			
344	Amortecedor (dianteiro e traseiro)	UND	2			
345	Bateria 150 AP	UND	1			
346	Correia dentada	UND	1			
347	Filtro de combustível	UND	4			
348	Filtro de ar	UND	4			
349	Lonas de freio	UND	1			
350	Pastilhas de freio	UND	1			
351	Bomba d'água	UND	1			
352	Bomba hidráulica	UND	1			
353	Bomba de combustível	UND	1			
354	Rolamento de tensor	UND	1			
355	Rolamento dianteiro Roda	UND	2			
356	Rolamento traseiro Roda	UND	2			
357	Rolamento interno Roda	UND	2			
358	Rolamento externo Roda	UND	2			
359	Radiador	UND	1			
360	Sensor de temperatura	UND	1			
361	Corrêa poly v	UND	1			
362	Feixe de mola dianteiro	UND	2			
363	Feixe de mola trazeiro	UND	2			
364	Buchas	UND	2			
365	Cubo Roda dianteira e trazeira	UND	4			
366	Fusíveis	UND	20			
367	Lanternas dianteira	UND	2			
368	Lanternas trazeiras	UND	2			
369	Para-brisas dianteiro	UND	1			
370	Para-brisas traseiro	UND	1			
371	Retrovisores	UND	2			
372	Para-choque dianteiro	UND	1			
373	Para-choque traseiro	UND	1			
374	Maçanetas	UND	2			
375	Rolamento de centro transmissão	UND	4			
TOTAL:						

LOTE 11 - Veículo: UTILITÁRIOS - CAMINHONETE - TRITON



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	R\$ UNT	R\$ TOTAL
376	Jogos de velas candescente	UND	2			
377	Filtro diesel	UND	10			
378	Filtro de ar	UND	10			
379	Filtro de óleo de motor	UND	10			
380	Jogo amortecedor	UND	1			
381	Bateria 60 AP	UND	1			
382	Kit correia dentada	UND	2			
383	Jogos de pastilha de freio	UND	6			
384	Kit de embreagem	UND	3			
385	Jogos de patilha de freio traseira	UND	6			
386	Lâmpada mínima	UND	15			
387	Lâmpada de 01 polo	UND	15			
388	Lâmpada de farol	UND	15			
389	Lanterna traseira	UND	2			
390	Farol	UND	2			
391	Retrovisor dianteiro	UND	4			
392	Para-brisa dianteiro	UND	2			
393	Motor do limpador do para-brisa	UND	2			
394	Palheta do limpador do para-brisa	UND	5			
395	Jogo de bico injetor	UND	2			
396	Bomba d'água	UND	3			
397	Reparo da Bomba injetora	UND	2			
398	Cilindro da roda	UND	6			
399	Esteira de suspensão	UND	4			
400	Jogos de rolamentos da roda	UND	4			
401	Fusível 10 15 20 30	UND	40			
402	Radiador	UND	1			
403	Ventilador	UND	1			
404	Compressor ar condicionado	UND	1			
TOTAL:						

LOTE 12 - Veículo: UTILITÁRIO - CAMINHONETE - RANGER

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	R\$ UNT	R\$ TOTAL
405	Jogos de velas candescente	UND	2			
406	Filtro diesel	UND	10			
407	Filtro de ar	UND	10			



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

408	Filtro de óleo de motor	UND	10			
409	Jogo amortecedor	UND	1			
410	Bateria AP	UND	1			
411	Kit correia dentada	UND	2			
412	Jogos de pastilha de freio	UND	6			
413	Kit de embreagem	UND	3			
414	Jogos de patilha de freio traseira	UND	6			
415	Lâmpada mínima	UND	15			
416	Lâmpada de 01 polo	UND	15			
417	Lâmpada de farol	UND	15			
418	Lanterna traseira	UND	2			
419	Farol	UND	2			
420	Retrovisor dianteiro e trazeiro	UND	4			
421	Para-brisa dianteiro	UND	2			
422	Motor do limpador do para-brisa	UND	2			
423	Palheta do limpador do para-brisa	UND	5			
424	Jogo de bico injetor	UND	2			
425	Bomba d'água	UND	3			
426	Reparo da Bomba injetora	UND	2			
427	Cilindro da roda	UND	6			
428	Esteira de suspensão	UND	4			
429	Jogos de rolamentos da roda	UND	4			
430	Fusível 10 15 20 30	UND	40			
431	Radiador	UND	1			
432	Ventilador	UND	1			
433	Compressor de ar condicionado	UND	1			
TOTAL:						

LOTE 13 - Veículo: UTILITÁRIO - MOTOCICLETA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	R\$ UNT	R\$ TOTAL
434	Lâmpadas de farol	UND	4			
435	Lâmpadas de lanternas	UND	4			
436	Lâmpadas de freios	UND	4			
437	Filtro de óleo	UND	4			
438	Amortecedor	UND	4			
439	Bateria	UND	4			
440	Pastilhas de freio	UND	4			



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

441	Bomba de combustível	UND	4			
442	Rolamento dianteiro	UND	4			
443	Rolamento traseiro	UND	4			
444	Fusíveis	UND	20			
445	Lanternas dianteira	UND	4			
446	Lanternas trazeiras	UND	4			
447	Retrovisores	UND	4			
TOTAL:						

LOTE 14 - Veículo: TIPO - ÔNIBUS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	R\$ UNT	R\$ TOTAL
448	Lâmpadas de farol	UND	20			
449	Lâmpadas de lanternas	UND	14			
450	Lâmpadas de freios	UND	14			
451	Filtro de óleo	UND	28			
452	Amortecedor (dianteiro e traseiro)	UND	14			
453	Bateria 150 AP	UND	14			
454	Correia dentada	UND	7			
455	Filtro de combustível	UND	28			
456	Filtro de ar	UND	28			
457	Lonas de freio trazeira e dianteira	UND	7			
458	Bomba d'água	UND	7			
459	Bomba hidráulica	UND	7			
460	Bomba de combustível	UND	7			
461	Rolamento dianteiro roda	UND	14			
462	Rolamento traseiro roda	UND	14			
463	Rolamento interno roda	UND	14			
464	Rolamento externo roda	UND	14			
465	Radiador	UND	7			
466	Sensor de temperatura	UND	7			
467	Esticador da Corrêa	UND	7			
468	Corrêa poly v	UND	7			
469	Buchas	UND	14			
470	Feixe de mola Trazeiro e Dianteiro	UND	4			
471	Fusíveis	UND	150			
472	Lanternas dianteira	UND	7			
473	Lanternas trazeiras	UND	7			



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

474	Para-brisas dianteiro	UND	7			
475	Vidros traseiros	UND	7			
476	Retrovisores	UND	14			
477	Para-choque dianteiro	UND	7			
478	Para-choque traseiro	UND	7			
TOTAL:						

LOTE 15 - Veículo: TIPO - CAÇAMBA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	R\$ UNT	R\$ TOTAL
479	Lâmpadas de farol	UND	8			
480	Lâmpadas de lanternas	UND	16			
481	Lâmpadas de freios	UND	8			
482	Filtro de óleo	UND	8			
483	Amortecedor (dianteiro e traseiro)	UND	8			
484	Bateria 150 AP	UND	8			
485	Feixe de mola Dianteiro e Trazeiro	UND	4			
486	Filtro de combustível	UND	8			
487	Filtro de ar	UND	8			
488	Lonas de freio	UND	4			
489	Bomba d'água	UND	4			
490	Bomba hidráulica	UND	4			
491	Bomba de combustível	UND	4			
492	Rolamento dianteiro Roda	UND	8			
493	Rolamento traseiro Roda	UND	8			
494	Rolamento interno Roda	UND	8			
495	Rolamento externo Roda	UND	8			
496	Radiador	UND	4			
497	Sensor de temperatura	UND	4			
498	Esticador da Corrêa	UND	4			
499	Corrêa poly v	UND	4			
500	Buchas	UND	4			
501	Fusíveis	UND	100			
502	Lanternas dianteira	UND	8			
503	Lanternas trazeiras	UND	8			
504	Para-brisas dianteiro	UND	4			
505	Para-brisas traseiro	UND	4			
506	Retrovisores	UND	8			



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

507	Para-choque dianteiro	UND	4			
508	Para-choque traseiro	UND	4			
509	Maçanetas	UND	8			
TOTAL:						

LOTE 16 - Veículo: TIPO - MOTONIVELADORA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	R\$ UNT	R\$ TOTAL
510	Lâmpadas de farol	UND	4			
511	Lâmpadas de lanternas	UND	4			
512	Lâmpadas de freios	UND	4			
513	Filtro de óleo	UND	4			
514	Bateria 150 AP	UND	4			
515	Corrente do Tandem de transmissão	UND	4			
516	Filtro de combustível	UND	4			
517	Filtro de ar	UND	4			
518	Bomba d'água	UND	2			
519	Bomba hidráulica	UND	2			
520	Bomba de combustível	UND	2			
521	Rolamento dianteiro	UND	4			
522	Rolamento traseiro	UND	8			
523	Rolamento interno	UND	8			
524	Rolamento de transmissão	UND	4			
525	Radiador,	UND	2			
526	Sensor de temperatura	UND	2			
527	Esticador da Corréa	UND	2			
528	Corréa poly v	UND	2			
529	Buchas	UND	2			
530	Pivôs	UND	2			
531	Fusíveis	UND	20			
532	Lanternas dianteira	UND	4			
533	Lanternas trazeiras	UND	4			
534	Para-brisas dianteiro	UND	2			
535	Para-brisas traseiro	UND	2			
536	Retrovisores	UND	4			



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOTAL:

LOTE 17 - Veículo: TIPO - PÁ, RETRO E TRATORES

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	R\$ UNT	R\$ TOTAL
537	Lâmpadas de farol	UND	10			
538	Lâmpadas de lanternas	UND	10			
539	Lâmpadas de freios	UND	10			
540	Filtro de óleo	UND	12			
541	Bateria	UND	7			
542	Filtro de combustível	UND	12			
543	Filtro de ar	UND	12			
544	Pastilhas de freio	UND	10			
545	Bomba d'água	UND	5			
546	Bomba hidráulica	UND	5			
547	Bomba de combustível	UND	5			
548	Rolamento dianteiro	UND	10			
549	Rolamento traseiro	UND	10			
550	Rolamento interno	UND	10			
551	Rolamento externo	UND	10			
552	Radiador,	UND	5			
553	Sensor de temperatura	UND	5			
554	Esticador da Corréa	UND	5			
555	Corréa poly v	UND	5			
556	Bandeja superior	UND	1			
557	Fusíveis	UND	100			
558	Lanternas dianteira	UND	10			
559	Lanternas trazeiras	UND	10			
560	Para-brisas dianteiro	UND	5			
561	Vidros traseiros	UND	1			
562	Retrovisores	UND	10			
563	Lâmina p/ máquina	UND	16			
564	Dentes p/ máquinas	UND	30			
565	Mangueira Hidráulica	UND	30			
TOTAL:						



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LOTE 18 - Veículo: TIPO - LANCHA ESCOLAR

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	R\$ UNT	R\$ TOTAL
566	Lâmpadas de farol	UND	2			
567	Lâmpadas de lanternas	UND	6			
568	Filtro de óleo	UND	1			
569	Bateria	UND	2			
570	Correia dentada	UND	1			
571	Filtro de combustível	UND	2			
572	Filtro de ar	UND	2			
573	Bomba d'água	UND	1			
574	Bomba de combustível	UND	1			
575	Radiador,	UND	1			
576	Sensor de temperatura	UND	1			
577	Esticador da Corréa	UND	1			
578	Corréa poly v	UND	1			
579	Fusíveis	UND	15			
580	Lanternas dianteira	UND	2			
581	Lanternas trazeiras	UND	2			
582	Para-brisas dianteiro	UND	2			
583	Retrovisores	UND	2			
584	Leme de Direção	UND	2			
TOTAL:						

LOTE 19 - AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	R\$ UNT	R\$ TOTAL
585	PNEU 175/70R13 -Amb, Fiat, Sas (3)	UND	90			
586	PNEU 175/65 R14-Mobi, Mobi (2)	UND	48			
587	PNEU 175/65 R14- Fiorino, Peuj. Citr. (3)	UND	72			
588	PNEU185/65 14-Palio cons. (1)	UND	16			
589	PNEU 185/70 14-Kombi Saúde (2)	UND	32			
590	PNEU 750/16-Odonto (1)	UND	16			



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

591	PNEU 205/75R16 C (1) Master	UND	16			
592	PNEU 225/75 R 16- Ducato Samu (1)	UND	16			
593	PNEU 245/70R 16 - L200 (2)	UND	32			
594	PNEU 1000/20-C.B Pac.	UND	24			
595	PNEU 215/75 R 17.5-Micro ônibus	UND	24			
596	PNEU 275/80 R 22.5-Onibus G.	UND	72			
597	PNEU 295/80 R 22.5-C. iveco lixo	UND	16			
598	PNEU 295/80 R 22.5-C.B Branca	UND	16			
599	PNEU 12/16.5 Retro Dianteira	UND	8			
600	PNEU 12.4-24-Trator-Diant.	UND	10			
601	PNEU 17.5-25-Pá Mecânica (case)	UND	10			
602	PNEU 18.4-30-Trator-Traz.	UND	10			
603	PNEU 19.5/24-Retro Traz.	UND	8			
604	PNEU 1400-24-Pá Mecânica Velha	UND	12			
605	PNEU 1400-24-Patrol I	UND	12			
606	PNEU 1400-24-Patrol II	UND	12			
607	PNEU 110/90R 17 (TRAZEIRO)	UND	8			
608	PNEU 90/90R 19 (TRAZEIRO)	UND	8			
609	CÂMARA 1000X20 20z500	UND	24			
610	CAMARA 16HA 415	UND	16			
611	CÂMARA 215/75 R 17.5	UND	24			
612	CÂMARA R 22.5 22z595	UND	72			
613	CÂMARA 12/16.5	UND	8			
614	CÂMARA 12.4-24 (24T800)	UND	10			
615	CÂMARA 17.5-25 (24/25W870)	UND	10			
616	CÂMARA 18.4-30 (30T940)	UND	10			
617	CÂMARA 19.5/24	UND	8			
618	CÂMARA 1400-24	UND	20			
619	PROTETOR ARO 16	UND	16			
620	PROTETOR ARO 17.5	UND	8			
621	PROTETOR ARO 20HT (1000-20)	UND	10			
622	PROTETOR ARO 20 F210-20C	UND	6			
623	PROTETOR ARO 22.5 F220-22C	UND	10			
624	PROTETOR ARO 24	UND	12			
625	PROTETOR ARO 25	UND	10			
626	PROTETOR ARO 30	UND	8			
TOTAL:						



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

4. DA LISTA DA FROTA OFICIAL

Os veículos e Maquinários oficiais que compõem a referida frota, estão relacionados conforme a baixo:

ITEM	MARCA E MODELO	QTD/VEÍCULOS	PLACAS	ANO	LOTAÇÃO
1	VOLKSWAGEM				
	KOMBI-1	2	JVR-5801	2007/2008	SAÚDE
	KOMBI-2		NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
2	FIAT				
	UNO-1	8	OFJ-4431	2011/2012	SAS
	UNO-2		JVP-4811	207/208	SAS
	PÁLIO		OTQ-5071	2016	TUTELAR
	MOBI-1		QDY-6659	2016/2017	SAÚDE
	MOBI-2		QEB-2958	2017	SAÚDE
	FIORINO		JVR-5492	2007/2008	SAÚDE
	DUCATO MAX CARGO-1		NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
	DUCATO MAX CARGO - 2		NSL-3715	2012	SAÚDE
3	PEUGOUT				
	PARTNER-1	2	QEZ-6681	2018	SAÚDE
	PARTNER-2		NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
4	CITROEN				



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	BERLINGO	1	QEH-6775	2018/2019	SAÚDE
5	RENAULT MASTER				
	MASTER - FURGÃO H1L1	1	QEM-9057	2018	SAÚDE
6	AGRALE				
	AGRALE 8.500	1	JUQ-5629	2001	SAÚDE
7	IVECO				
	TECTOR 170E28	1	QDZ-7686	2018	INFRAESTRUTURA
8	MOTO – CROSS.				
	MOTO	4	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
	MOTO		NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
	MOTO		NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
	MOTO		NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
9	MITISUBISHI				
	TRITON GL	1	QEB-2988	2018	SAÚDE
10	FORD				
	RANGER	1	QEO-2943	2017/2018	SEMMA
11	VOLKSWAGEM-ÔNIBUS				
	15.190	1	NBO-9831	2013	EDUCAÇÃO
12	MERCEDES				



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	1519	4	OTP-0321	2014	EDUCAÇÃO
	1519		OTP-0181	2014	EDUCAÇÃO
	1519		OTP-0261	2014	EDUCAÇÃO
	1519		OTP-0291	2014	EDUCAÇÃO
13	VOLARE				
	A5	2	JVN-0097	2004	EDUCAÇÃO
	V6		JVP-1976	2008	EDUCAÇÃO
14	VOLKSWAGEM-CAÇAMBA				
	26.280	1	OTP-2904	2014	INFRAESTRUTURA
	13.180	1	NSI-3063	2013	INFRAESTRUTURA
	12.140T	1	JTW-4728	1998	INFRAESTRUTURA
15	MOTONIVELADORA				
	NEW HOLLAND RG140	1	NÃO INFORMADO	2013	INFRAESTRUTURA
	CATERPILLAR 120K	1	NÃO INFORMADO	2014	INFRAESTRUTURA
16	PÁ MECÂNICA				
	FIATALLIS FR 10B	2	NÃO INFORMADO	2001	INFRAESTRUTURA
	CASE W 20E		NÃO INFORMADO	2013	INFRAESTRUTURA
17	RETROSCAVADEIRA				
	CASE-580M	1	NÃO INFORMADO	2014	INFRAESTRUTURA



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	XCMG-XT870BR	1	NÃO INFORMADO	2018	INFRAESTRUTURA
18	TRATOR				
	VALMET 785	1	NÃO INFORMADO	2000	INFRAESTRUTURA
	NEW HOLLAND TT4030	1	NÃO INFORMADO	2014	INFRAESTRUTURA
19	LANCHA ESCOLAR				
	MOTOR MWM	1	NÃO INFORMADO	2014	EDUCAÇÃO

5. DO PRAZO, LOCAL, CONDIÇÕES DE ENTREGA, RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

O material deve ser entregue, no máximo, até 05 (cinco) dias após a Ordem de Fornecimento ter sido recebida pela Contratada e a entrega, deve ser feita conforme cronograma do Almoxarifado Central do Município de Santa Bárbara do Pará, em dias úteis, no horário das 08 às 12 horas. A entrega dos materiais será de maneira parcelada e o Município de Santa Bárbara considera oportuno e conveniente à entrega a partir do momento de sua solicitação;

Os pneus deverão ser nacionais ou declarados como nacionais, em razão de acordos comerciais firmados, bem como, deverão ser novos, não sendo admitidos PNEUS reconicionados e/ou remanufaturados.

Os materiais fornecidos deverão conter especificações detalhadas, constando dados de identificação do material, marca do fabricante, dimensões, composição, data de fabricação, prazo de validade e demais referências que permitam perfeita análise e aceitação. Os materiais deverão ter registro no órgão fiscalizador competente. É facultado ao proponente o envio de fotos ou catálogos dos materiais, bem como a indicação de sites na internet onde possam ser verificadas as características;

Os materiais serão recebidos e analisados pelo setor solicitante, que poderão diligenciar junto à (s) Contratada (s) visando ao esclarecimento das especificações e qualidade dos materiais oferecidos;

Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da Contratada. A movimentação dos materiais até as dependências da Contratante é de inteira responsabilidade da Contratada, não sendo a Contratante responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

As peças deverão ser originais e de boa qualidade, visando a boa qualidade da reposição.

5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Comprovação de que a Contratada forneceu itens compatíveis em características com o objeto da licitação através da apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de desempenho anterior (**Atestado de Capacidade Técnica**), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, sendo o licitante responsável civil e penalmente pelas informações prestadas.

6. CONTROLE DA EXECUÇÃO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada através de servidor devidamente designado, conforme os termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, a fim de acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. O fiscal se responsabilizará entre outras atribuições:

- a) Conferência e Avaliação dos materiais;
- b) Pelo recebimento das Notas Fiscais/Faturas, como também, realizar a devida conferência, para verificar se está em conformidade com as especificações do Termo de Referência;
- c) Pelas anotações em registro próprio, de todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- d) As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca do fabricante, modelo, na proposta, se for o caso.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Responsabilizarem-se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes da aquisição dos materiais e com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora.

Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionados aos materiais, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

Não se valer desta ata para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da Contratante.

Executar o fornecimento, inclusive acompanhado da garantia (se for o caso), sem transferência de responsabilidade ou subcontratação.

Se após o recebimento definitivo do material for encontrado algum defeito, o fornecedor substituirá o item no prazo de 01 (um) dia útil, contados do recebimento do aviso escrito enviado por fax ou e-mail ou outro meio hábil, sem ônus para o Município de Santa Bárbara do Pará.

Informar nome, número de telefone e e-mail do responsável, a fim de atender as solicitações;

Arcar com todos os encargos decorrentes da presente aquisição, especialmente os referentes a frete, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas;

Disponer de meios necessários ao transporte, para a devida entrega de mercadoria no local de destino.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Efetuar o empenho da despesa, no qual constará da dotação orçamentária específica de forma a garantir o pagamento das obrigações assumidas;



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Receber provisoriamente o objeto mediante regular aferição de quantitativos, disponibilizando local, data e horário observando as condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Rejeitar, no todo ou em parte os materiais entregues em desacordo com as especificações contidas nesse Termo de Referência.

Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será feito de acordo com os recursos disponíveis, não superiores a 30 (trinta) dias após o atesto da Nota Fiscal. As notas fiscais serão devidamente atestadas pelo fiscal designado pela PMSBP.

Nenhum pagamento será efetuado a Contratada na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira;

Conferência e aprovação do pré-faturamento mensal e atestação de conformidade com o fornecimento;

O pagamento referente a cada mês fica condicionado à comprovação de regularidade fiscal perante a Administração. A Contratada fica ciente de que deverá apresentar à Contratante, ao fim de todos os meses:

- a)** Certidão de Regularidade para com a Fazenda Federal/União;
- b)** Certidão Negativa do INSS (CND);
- c)** Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d)** Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal;
- e)** Certidão de Regularidade para com o FGTS;
- f)** Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT);

Na Nota Fiscal deverão constar a descrição exata dos materiais ora fornecidos, informações sobre o número da nota de empenho bem como a descrição exata da Dotação Orçamentária específica.

As notas fiscais devem vir acompanhadas da cópia do empenho.



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Havendo erro na nota fiscal/fatura, preenchimento incompleto referente às notas de empenho inclusive nos casos de omissão de informações sobre a dotação orçamentária e ou outras circunstâncias correlatas que impeçam a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente, até que a Contratada providencie as medidas saneando-as.

A contagem do prazo para pagamento será reiniciado e contado da reapresentação e protocolização junto a Secretaria Municipal de Orçamento e Finanças do documento fiscal com as devidas correções, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional a Contratante, nem deverá haver prejuízo do fornecimento dos materiais pela Contratada;

A Contratante não fica obrigada a adquirir o fornecimento na totalidade do valor e das quantidades estimados para a contratação, realizando o pagamento de acordo com o fornecimento efetuado;

O pagamento será creditado em conta corrente da Contratada, através de ordem bancária, indicada na proposta, tendo assim como: Agência nº____, Conta Corrente nº____, Banco:____, em que deverá ser efetuado o crédito. Não se permitirá, portanto outra forma de pagamento que não seja a de crédito em conta, o que vem cumprir as normativas do Decreto da Presidência da República nº 6.170, de 25 de julho de 2007;

Todos os custos com imposto, taxas, pedágios, fretes e demais despesas que porventura ocorrem serão de responsabilidade da empresa contratada.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

- a) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- b) Fraudar na execução do Contrato;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Cometer fraude fiscal;



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

e) Não mantiver a proposta.

A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

A multa moratória observada os seguintes limites:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor dos itens solicitados e não entregues;

b) 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor dos itens solicitados e não entregues, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos ou fora das especificações contratadas;

Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual dos subitens acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo não superior a dois anos;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. DOS CASOS DE RESCISÃO

De acordo com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da citada Lei;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

No caso da rescisão unilateral, o Contratante não indenizará a Contratada, salvo pelos serviços executado e aceitos pela Contratante.

14. DO CONTRATO

Para a contratação em tela será formalizado Contrato Administrativo, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com o Edital de Licitação, Termo de Referência e Proposta de Preços da empresa considerada vencedora.

O prazo de vigência do Contrato terá seu **início em XX de XXX de XXXX com término em XX de XXXX de XXXX**, uma vez que deve ser observado o caráter orçamentário da Administração Pública e a devida vinculação da despesa com o respectivo orçamento conforme o que prescreve Art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores; em relação à sua prorrogação, ficará a critério do órgão solicitante mediante o procedimento devidamente motivado acerca da imperiosidade do atendimento à necessidade pública de a despesa ser gerada de acordo com o Art. 57 da Lei 8.666/93, com validade e eficácia após a publicação de seu extrato.

O momento de contratação será um ato unilateral da administração pública, e será definida conforme seus critérios de oportunidade e conveniência, não cabendo ao licitante vencedor a exigência de imediata contratação dos itens licitados.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Fica ressaltada a possibilidade de alteração das condições avençadas em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

Santa Bárbara do Pará, 25 de Janeiro de 2019.

JANETE FERREIRA DA SILVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ALVARO DO ESPIRITO SANTO FERREIRA DA SILVA
Diretor de Transporte



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇOS

(papel timbrado da empresa)

PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS N° 50/0062019-PP-SRP – PMSBP

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

Consumidor: DO MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Licitante: _____

CNPJ: _____ INSC. Municipal n°: _____

Tel. Fax: (____) _____ Celular: (____) _____

E-mail: _____

Endereço: _____

Conta Corrente n°: _____ Agência n°: _____ Banco n°: _____

ITEM COM COTA RESERVADA PARA ME-EPP E AMPLA CONCORRÊNCIA

ITEM	Produto-Especificação	MARCA	UNID.	QTD.	COTA RESERVADA				COTA AMPLA CONCORRÊNCIA			
					Percentual I até 25%	Quantidade e Reservada	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Percentual mínimo 75 %	Quantidade Ampla Concorrência	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

COTA DE CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI

Valor total por extenso da proposta R\$: _____ (_____).

- a) Por esta proposta, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei 10.520/2002, da Lei nº 8.666/93 e às Cláusulas do Edital do **PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/0062019-PP-SRP – PMSBP**.
- b) Propomos o fornecimento dos materiais, objeto desta licitação, obedecendo às estipulações do correspondente Edital e às suas especificações, e asseverando que:
- c) O prazo de validade desta proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias;
- d) Todos os componentes de despesa de qualquer natureza, custos diretos e indiretos relacionados salários, encargos trabalhistas, previdenciárias e sociais, e todos os demais impostos, taxas e outras despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão do Contrato a ser assinado, encontram-se inclusos nos preços ofertados.

Local, ____ de _____ de 2019.

Nome do representante legal

CPF: _____

Carimbo do CNPJ



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO III
(Papel Timbrado da Empresa)

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Edital do PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/0062019-PP-SRP – PMSBP

À _____ (Entidade de Licitação) _____

Prezados Senhores,

(Empresa), por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ para fins do Edital do PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/0062019 -PP-SRP – PMSBP, **DECLARA**, sob as penas da lei, em especial ao art. 299 do Código Penal Brasileiro que:

a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente pela empresa _____ (nome da empresa), CNPJ nº _____, e que o conteúdo da referida proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame em referência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentação da proposta, não foi informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa;

c) Que não tentou por qualquer meio ou qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato, no que diz respeito a participação ou não no presente certame;

d) Que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente informado ou discutido com qualquer integrante da Equipe de Apoio, com a PREGOEIRA ou representante ou funcionário da Do Município de SANTA BÁRBARA DO PARÁ responsável pela licitação, antes da abertura oficial das propostas;

f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local, ____ de _____ de 2019.

Nome do Representante Legal

CPF: _____

Carimbo do CNPJ.



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO IV
(Papel Timbrado da Licitante)

DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Em atendimento ao previsto no Edital do PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS N° 50/0062019-PP-SRP – PMSBP, DECLARO (AMOS), que tenho (mos) conhecimento e cumpro (imos) plenamente os requisitos de habilitação e atendo (emos) a todas as exigências do Edital, tendo assim condições para participação no presente certame.

Conforme dispõem o art. 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Observação: Em caso de ME ou EPP e MEI, deve ser citada nesta declaração.

Local, ____ de _____ de 2019.

Nome do Representante Legal

CPF: _____

Carimbo do CNPJ.



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO V
(Papel Timbrado da Licitante)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE/MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS N° 50/0062019-PP-SRP – PMSBP

À _____ (Entidade de Licitação) _____

_____ (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) _____ portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____ e de CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto do Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 50/0062019-PP-SRP – PMSBP, sob as sanções administrativas e sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

(....) MICROEMPRESA, conforme inciso I, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006;

(....) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006.

(....) MEI, art. 18-A, § 1º, Lei Complementar nº 123/2006.

Local, ____ de _____ de 2019.

Nome do Representante Legal

CPF: _____

Carimbo do CNPJ.



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VI
(Papel Timbrado da Licitante)

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

_____ atesta, para os devidos fins, que a Empresa _____, com sede na _____, forneceu/fornece os materiais abaixo relacionados, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados na contratação, não havendo contra a mesma, nenhum registro que a desabone.

Relação dos serviços executados:

Local, ____ de _____ de 2019.

(Nome completo por extenso do responsável pela
Pessoa Jurídica emitente deste atestado e sua assinatura)

Observação: Em caso de Pessoa Jurídica de direito privado deverá ser reconhecida em Cartório.



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VII

(Papel Timbrado da Licitante)

MODELO DA DECLARAÇÃO

(Empregador Pessoa Jurídica)

À

Do Município de SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Ref.: EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/0062019-PP-SRP – PMSBP, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE.

(Nome da Empresa) _____, CNPJ Nº _____, sediada na _____, nº _____, Bairro, _____, CEP: _____, no Município de _____, Estado do _____, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão acima mencionada, DECLARA, sob as penas da lei, que:

1 - Declaração de que a Contratada assume inteira responsabilidade por danos ou prejuízos pessoais ou materiais que causar ao **Do Município de SANTA BÁRBARA DO PARÁ**, a terceiros, por si, representantes ou sucessores.

2 - Não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.

3 - Não possuem em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º, da Lei 8666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90),

4 - Inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do § 2º, art. 32, da Lei nº 8.666/93;

5 - Declaração de empregabilidade de pessoas com necessidades de especiais:

5.1.1. () **possui** em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% de pessoas portadoras de necessidades especiais, de acordo com o disposto no art. 28, §6º da Constituição do Estado do Pará (EC nº 0042/2008, publicada em 11.06.2008).

5.1.2. () **não possui** em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% de pessoas portadoras de necessidades especiais, pois a empresa possui menos de 20 empregados, de acordo com o disposto no art. 28, § 6º, da Constituição do Estado do Pará (EC nº 0042/2008, publicada em 11.06.2008).

Local, ____ / ____ / ____

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF:

CNPJ da empresa:



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VIII

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2019
PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS
Nº 50/0062019-PP-SRP – PMSBP**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XXXX – CPL - PMSBP

VALIDADE: ____ (____) MESES

MUNICÍPIO DE SANTA BARBARA DO PARÁ, CNPJ: **83.334.698/0001-09**, com sede administrativa na Rod. Augusto Meira Filho, Km 17, s/nº, centro, nesta cidade de Santa Barbara do Pará/Pa, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **NILSON FERREIRA DOS SANTOS**, CPF: XXXXXXX, domiciliado e residente à XXXXXXXXXXXX, denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a Empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita sob o CNPJ XXXXXXXX, sediada na XXXXXXXXXXXX, doravante denominada **FORNECEDOR REGISTRADO**, considerando o julgamento do **PREGÃO para REGISTRO DE PREÇOS**, sob o Nº **XXXXXX**, na forma **PRESENCIAL**, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da (s) Empresa (s) indicada (s) e qualificada (s) nesta **ATA**, de acordo com a (s) classificação(ões) por ela (s) alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para _____, conforme especificação constante no Termo de Referência – Anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. Ficam registrados os preços definidos na tabela abaixo, e nele estão inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra e quaisquer despesas inerentes ao fornecimento:

Nº	ITEM/DESCRIÇÃO	UND	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL

2.2. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará a (s) licitante (s) para negociar (em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

2.4. A (s) licitante (s) vencedora (s) que não aceitar (em) reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

2.5. A ordem de classificação da licitante vencedora que aceitar reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

2.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a (s) licitante (s) vencedora (s) não puder (em) cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – **Liberar o (s) fornecedor (es) vencedor (es)** do certame do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - **Convocar** as demais licitantes para assegurar igual oportunidade de negociação.

2.7. A existência de preços registrados **não obriga** a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para o fornecimento pretendido nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 8.666/93, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS QUANTITATIVOS E LIMITES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Os quantitativos referente a adesão à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

- a) Convocar a Contratada visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, liberar a Contratado do compromisso assumido;
- c) Convocar os demais classificados para conceder igual oportunidade de negociação.

4.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o classificado, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) Liberar a Contratada do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;
- b) Convocar as demais Contratadas para conceder igual oportunidade de negociação.

4.3. Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

4.4. Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

4.5. A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração de seus encargos.



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

4.5.1 Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

4.5.2 Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supere o prazo de um ano.

4.5.3 Não será concedida a revisão quando:

- a) Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b) O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;
- c) Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- d) A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

CLÁUSULA QUINTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 Automaticamente:

- a) Por decurso de prazo de vigência;
- b) Quando não restarem outras licitantes registradas;
- c) Quando caracterizado o interesse público.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dar-se-á em até o 30º (trigésimo) dia após a entrega dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada por servidor responsável.

6.2. O item anterior está condicionado, mediante a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do material e conferência de quantidade, descrição, marca e qualidade dos mesmos.

6.3. Na hipótese de emissão de Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou documento equivalente para a entrega, o prazo estabelecido para pagamento será contado da entrega.

6.5. Em caso de irregularidade (s) no (s) item (ns) do (s) objeto (s) entregue (s) e/ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da (s) correspondente (s) regularização (ões).

6.6. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

6.7. O Fornecedor deverá juntar à sua Nota Fiscal, as certidões de regularidade fiscal que lhe foram exigidas na habilitação para participação desta licitação.



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6.8. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Órgão em nome do Fornecedor. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O prazo de **vigência** desta **Ata de Registro de Preços** será de **xx (xxxx) meses**, podendo, durante esse período, ser firmado contrato/empenho para aquisição dos itens registrados em ata.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas inerentes a esta Ata correrá à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta que aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo no Contrato e na ordem de emissão de fornecimento.

CLÁUSULA NONA – DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

9.1. A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização do objeto contratado.

9.2. Quando houver necessidade do objeto contratado por algum dos órgãos participantes da Ata, a licitante classificada em primeiro lugar será convocada para o fornecimento no prazo de até 02 (dois) dias úteis, após a Ordem de Fornecimento.

9.3. A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, quando solicitado pela licitante classificada, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

9.4. Se a licitante classificada em primeiro lugar se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem fornecer o objeto licitado ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observado a ordem de classificação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

10.1. Efetuar o fornecimento do objeto em perfeitas condições de uso, em estrita observância às especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;

10.2. Executar diretamente o fornecimento, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;

10.3. Cumprir o prazo de entrega e responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do material de acordo com os artigos 12, 13, 17 e 27 o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.4. Informar nome, número de telefone e e-mail do responsável, a fim de atender as solicitações da Secretaria Municipal de Educação;

10.5. Arcar com todos os encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os referentes a taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas;

10.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução do Contrato.

10.7. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades atualizadas no Contrato, na forma do art. 65, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10.8. Comprovar a capacidade de exequibilidade da proposta quando assim solicitado pelo órgão contratante, no tocante ao preço ofertado e as marcas descritas na proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

11.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, do Edital e anexos são obrigações da CONTRATANTE:

11.1.1 Efetuar o empenho da despesa, garantindo o pagamento das obrigações assumidas;

11.1.2 Efetuar o pagamento de acordo com o fornecimento e condições estabelecidas;

11.1.3 Comunicar a empresa sobre possíveis irregularidades observadas nos materiais fornecidos, para substituição;

11.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado, bem como atestar na nota fiscal/fatura efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite;

11.1.5 Rejeitar, no todo ou em parte os materiais entregues em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência e proposta vencedora;

11.1.6 Aplicar à Contratada as sanções administrativas previstas na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato ou por fraudar a execução deste, a Administração poderá, desde que garantida a defesa prévia, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

12.1.1 Advertência escrita – comunicação formal quanto à conduta da Contratada sobre o descumprimento do Contrato e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das **necessárias medidas de correção**;

12.1.2 Multa, observados os seguintes limites máximos:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor dos itens solicitados e não entregues;

b) 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor dos itens solicitados e não entregues, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos ou fora das especificações contratadas;

12.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual por prazo não superior a 02 (dois anos) nos termos do inciso III do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

12.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Pública Estadual pelos prejuízos resultantes de sua ação ou omissão, nos termos do art. 38, IV, do Decreto nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012.



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR

13.1. O **Órgão Gerenciador** promoverá o cancelamento do registro da licitante vencedora quando couber o disposto no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, tendo a seguinte regra:

I - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

II - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

III - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.2. O **Órgão Gerenciador** poderá cancelar o registro do preço por fato superveniente ou por motivo de força maior, que comprovada e justificadamente prejudique o cumprimento da Ata, por razão de interesse público ou a pedido da licitante.

13.3. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Município de **SANTA BÁRBARA DO PARÁ**.

13.4. O cancelamento será a pedido, quando a empresa vencedora do certame comprovar:

a) A impossibilidade de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior.

b). Que o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado e/ou dos insumos que compõem o custo do material.

c) A ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

13.5. Por iniciativa do **Município de SANTA BÁRBARA DO PARÁ** quando:

a) O (s) fornecedor (es) do certame perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório.

b) O (s) fornecedor (es) do certame não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços.

c). Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

d). Não for assinada, pela empresa destinatária, a Autorização para execução dos fornecimento no prazo estabelecido;

e) O (s) fornecedor (es) incorrer (em) nas condutas que ensejem rescisão administrativa, conforme previsão dos incisos de I a XII e XVII do art. 78, da Lei nº 8.666/93.

f). Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e o fornecedor se recusar a reduzi-lo;

13.6. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o **Município de SANTA BÁRBARA DO PARÁ** fará o devido apostilamento na **Ata de Registro de Preços** e informará aos Proponentes a nova ordem de registro, caso não opte pelo cancelamento total da Ata quando frustradas as negociações com as licitantes registradas remanescentes.



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ORGÃO NÃO PARTICIPANTES

14.1. A **Ata de Registro de Preços** decorrente deste procedimento licitatório poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, desde que devidamente justificada a vantagem, e mediante anuência do órgão gerenciador.

14.2. O Órgão Não Participante, a que se refere o Decreto nº 7.892/2013 (art. 2º, V), somente poderá fazer uso da Ata de Registro de Preços, após anuência do Órgão Gerenciador da Ata. Os órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao **Município de SANTA BÁRBARA DO PARÁ**, por ofício, para que indiquem os possíveis fornecedores e respectivos preços registrados.

14.3. O **Órgão Não Participante**, a que se refere o Decreto nº 7.892/2013 (art. 2º, V), somente poderá fazer uso da **Ata de Registro de Preços**, após anuência do Órgão Gerenciador da Ata.

14.4. Caberá à (s) licitante (s) vencedora do certame, beneficiária da **Ata de Registro de Preços**, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do objeto decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgão (s) participante (s). (§ 2º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013).

14.5. As contratações por cada Órgão Não Participante não poderão exceder a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na **Ata de Registro de Preços** para o Órgão Gerenciador e Órgão(s) Participante(s). (§ 3º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013).

14.6. O quantitativo decorrente de todas as adesões a esta **Ata de Registro de Preços** não excederá, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo total, para o item registrado, independente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem. (§ 4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013).

14.7. Após a autorização do Órgão Gerenciado, o Órgão Não Participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata. (§ 6º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013).

14.8. Compete ao Órgão Não Participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador. (§ 7º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Caberá ao **Município de SANTA BÁRBARA DO PARÁ**, Órgão Gerenciador, a consolidação de dados para a realização do procedimento licitatório e a prática de todos os atos de controle e administração do **Sistema de Registro de Preços**.

15.2. O **Órgão Gerenciador** realizará pesquisa periódica para comprovar a manutenção da vantagem da **Ata de Registro de Preços**. (Art. 9º, XI, Decreto nº 7.892/2013).

15.3. Quando do gerenciamento da Ata de Registro de Preços, será do **Município de SANTA BÁRBARA DO PARÁ**, conforme art. 5º do Decreto nº 7.892/2013:

- a) Conduzirá eventuais renegociações dos preços registrados;
- b) Aplicará, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório;



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

15.4. O Órgão Gerenciador promoverá as negociações e todos os procedimentos relativos à revisão e ao cancelamento dos preços registrados, obedecendo às disposições do Capítulo VIII do Decreto nº 7.892/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DA ATA

16.1. Constituem parte integrante desta Ata, estando a ela vinculados, como se nesta estivessem transcritos, os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 50/0062019-PP-SRP – PMSBP;
- b) Termo de Referência;
- c) Proposta de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DA PUBLICIDADE

17.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Estado, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes da Lei nº 8.666/93.

18.2. Fica ressaltada a possibilidade de alteração das condições avençadas em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinados a matéria.

18.3. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação, ou precedente.

18.4. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

18.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Benevides, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

ÓRGÃO GERENCIADOR: (LOCAL), _____ de _____ de 2019.
FORNECEDOR (ES) REGISTRADO (S):

Testemunhas:

1. _____ 2. _____
CPF: _____ CPF: _____



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO IX

Minuta do Contrato nº _____/2019

Contrato Administrativo nº _____/2019 – PMSBP
Processo Administrativo nº xxxxx/2019 – PMSBP

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____/2019 – PMSBP, QUE ENTRE SÍ CELEBRAM DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ ATRAVÉS DA **DO MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ**, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA _____, COMO MELHOR ABAIXO SE DECLARA.

MUNICÍPIO DE SANTA BARBARA DO PARÁ, CNPJ: **83.334.698/0001-09**, com sede administrativa na Rod. Augusto Meira Filho, Km 17, s/nº, centro, nesta cidade de Santa Barbara do Pará/Pa, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **NILSON FERREIRA DOS SANTOS**, CPF: XXXXXXXX, domiciliado e residente à XXXXXXXXXXXX, denominado **CONTRANTE**, e a Empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita sob o CNPJ XXXXXXXX, sediada na XXXXXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, vencedora do **Pregão Presencial para Registro de Preços nº 50/xxxxxxxxx9-PP-SRP – PMSBP**, resolvem celebrar o presente Contrato, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e suas alterações, Lei nº 10520, de julho de 2012 e alterações, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato versa sobre a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**.

1.2. Os itens a serem adquiridos têm suas especificações, unidades, quantidades e valores de mercado estimados no escopo da tabela abaixo, com base nas quantidades apresentadas no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
-	-	-	-	-	-	-

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

2.1. Este Contrato encontra-se subordinado à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e, em casos omissos, aos preceitos de direito público, teoria geral de contratos e disposições de direito privado;

2.2. Fazem parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o instrumento convocatório que o precedeu, seus anexos e a proposta da Contratada, constantes do processo licitatório, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS Nº 50XXXXXX - PP-SRP – PMSBP.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

3.1. O material deve ser entregue, no máximo, até 05 (cinco) dias após a Ordem de Fornecimento ter sido recebida pela Contratada e a entrega deve ser feita conforme cronograma do Almoxarifado Central do Município de SANTA BÁRBARA DO PARÁ em dias úteis, previamente informado.

3.2. A entrega dos materiais será de maneira parcelada e o Município de Santa Bárbara do Pará considera oportuno e conveniente à entrega a partir do momento de sua solicitação;

3.3. Os materiais fornecidos deverão conter especificações detalhadas, constando dados de identificação do produto, marca do fabricante, dimensões, composição, data de fabricação, prazo de validade e demais referências que permitam perfeita análise e aceitação. Os materiais deverão ter registro no órgão fiscalizador competente.

3.4. Os materiais serão recebidos e analisados pelo setor solicitante, que poderão diligenciar junto à (s) Contratada (s) visando ao esclarecimento das especificações e qualidade dos produtos oferecidos;

CLÁUSULA QUARTA – DOS ENCARGOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

4.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

4.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, na proposta, se for o caso.

4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

4.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.5 Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

4.1.6 Responsabilizar-se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes da aquisição de materiais e com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora.

4.1.7 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionados aos materiais, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

4.1.8 Não se valer desta Ata para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos materiais fornecidos, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da Contratante.

4.1.9 Executar o fornecimento, inclusive acompanhado da garantia (se for o caso), sem transferência de responsabilidade ou subcontratação.

4.1.10 Se após o recebimento definitivo do material for encontrado algum defeito, o fornecedor substituirá o item no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do aviso escrito enviado por fax ou e-mail ou outro meio hábil, sem ônus para o MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ;

4.1.11 Informar nome, número de telefone e e-mail do responsável, a fim de atender as solicitações do MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ;

4.1.12 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades atualizadas no contrato, na forma do art. 65, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

4.1.13 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução do Contrato.

4.1.14 Comprovar a capacidade de exequibilidade da proposta quando assim solicitado pelo órgão contratante, no tocante ao preço ofertado e as marcas descritas na proposta.

4.1.15 Dispor de meios necessários ao transporte, para a devida entrega de mercadoria no local de destino.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ENCARGOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

5.1. Efetuar o empenho da despesa, no qual constará da dotação orçamentária específica de forma a garantir o pagamento das obrigações assumidas;

5.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.3. Receber provisoriamente o (s) objeto (s) mediante regular aferição de quantitativos, disponibilizando local, data e horário observando as condições estabelecidas no Edital e seus anexos;



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 5.4.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.5.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.6.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 5.7.** Rejeitar, no todo ou em parte os materiais entregues em desacordo com as especificações contidas nesse Termo de Referência.
- 5.8.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 6.1.** Para a contratação em tela será formalizado Contrato Administrativo, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com o Edital de Licitação, Termo de Referência e Proposta de Preços da empresa considerada vencedora.
- 6.2.** O prazo de vigência do Contrato será **do dia XX de XXXX de XXXXX até o dia XX de XXXX de XXXX**, uma vez que deve ser observado o caráter orçamentário da Administração Pública e a devida vinculação da despesa com o respectivo orçamento conforme o que prescreve Art. 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores; em relação à sua prorrogação, ficará a critério do órgão solicitante mediante o procedimento devidamente motivado acerca da imperiosidade do atendimento em face de necessidade da Administração Pública.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

- 7.1.** De acordo com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:
- I - por ato unilateral** e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da citada Lei;
 - II - amigável**, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;
 - III - judicial**, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO ÚNICO: No caso da rescisão unilateral a Contratante não indenizará a (s) Contratada (s), salvo pelos fornecimentos executados e aceitos pela Contratante.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1.** Pela inexecução total ou parcial do Contrato ou por fraudar a execução deste, a Administração poderá, desde que garantida a defesa prévia, aplicar à (s) Contratada (s) as seguintes sanções:
- I - advertência escrita** - comunicação formal quanto à conduta da (s) Contratada (s) sobre o descumprimento do Contrato e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
 - II - multa**, observados os seguintes limites máximos:
 - a) **0,3%** (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor dos itens solicitados e não entregues;



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- b) **2%** (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente;
- c) **20%** (vinte por cento) sobre o valor dos itens solicitados e não entregues, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos ou fora das especificações contratadas;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual por prazo não superior a 02 (dois) anos nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a (s) Contratada (s) ressarcir (em) a Administração Pública Municipal pelos prejuízos resultantes de sua ação ou omissão, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

- 9.1.** O pagamento será efetuado em até a 30 (trinta) dias, contados da data de entrega do objeto, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente certificada pelo servidor competente;
- 9.2.** A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela (s) própria (s) Contratada (s), obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo notas fiscais/faturas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz;
- 9.3.** O pagamento será creditado em favor da Contratada, através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
- 9.4.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até a resolução da causa ensejadora do impedimento;
- 9.5.** Nenhum pagamento será efetuado a Empresa Contratada se a mesma não estiver em dias com suas regularidades fiscal e trabalhista.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR

10.1 O valor total da presente avença é de R\$ _____ (_____), a ser pago de forma proporcional, conforme autorizações expedidas pela Administração e de conformidade com as notas fiscais/faturas e/ou recibos da proposta adjudicada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

11.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ, através do servidor (a) devidamente designado (a), conforme os termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, a fim de acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. O fiscal se responsabilizará entre outras atribuições:

- a) Conferência e Avaliação dos materiais;



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- b) Pelo recebimento das Notas Fiscais/Faturas, como também, realizar a devida conferência, para verificar se está em conformidade com as especificações do Termo de Referência;
- c) Pelas anotações em registro próprio, de todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- d) As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. O acordado será devidamente empenhado conforme § 3º, do Art. 60 c/c do art. 61, da Lei 4.320/64, bem como ao disposto Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar 101/00 e pago pela contratante a contratada conforme a previsão de dotação orçamentária e disponibilidade de recurso de acordo com a disponibilidade originária de recurso em função das seguintes demandas:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

<p>Exercício: Classificação Econômica: Funcional Programática: Elemento de Despesa:</p>

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. O presente Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no art. 65, da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da Administração da Contratante, com a apresentação das devidas justificativas:

I - Unilateralmente pela Contratante:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação dos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por lei;

II - Por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação da execução das entregas ou do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstância superveniente, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem correspondente contraprestação de fornecimento de materiais ou execução dos serviços;
- c) Nas hipóteses excepcionais da revisão de preços, que serão tratados de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para a avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

13.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS

14.1. Durante a vigência do Contrato, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, da ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

14.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o Contrato e iniciar outro processo licitatório;

14.3. O pedido que vise à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do (s) Contrato (s) firmado (s) no âmbito do MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ será apurado em processo apartado, devendo ser observado o que determina a alínea “d” do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PRORROGAÇÃO

15.1. Poderá haver prorrogação do (s) Contrato (s) em conformidade com o disposto no art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

16.1. A quantidade inicialmente contratada poderá ser acrescida e/ou suprimida dentro dos limites previstos no § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93, podendo a supressão exceder tal limite, nos termos do § 2º, II, do mesmo artigo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO, PUBLICAÇÃO E FORMALIDADES

17.1. Fica ressaltada a possibilidade de alteração das condições avençadas em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinados a matéria.

17.2. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação, ou precedente.

17.3. Este Contrato será publicado no mural da Prefeitura, na imprensa e no Portal do Jurisdicionados do Tribunal de Contas do Município.

17.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Benevides, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

17.5. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

(LOCAL), _____ de _____ de 2019.



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará

Poder Executivo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Nilson Ferreira dos Santos
Município de **SANTA BÁRBARA DO PARÁ**
CONTRATANTE

CNPJ Nº _____
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF: